

ACTA Nº 22
SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BORBA
REALIZADA NO DIA 25 DE FEVEREIRO DE 2005

Aos vinte e cinco dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e cinco, nesta vila de Borba e Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu pelas 20:45 horas, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Borba, com a seguinte ordem de trabalhos:

PONTO UM: Período de antes da Ordem do Dia:

PONTO UM PONTO UM: Leitura de expediente.

PONTO UM PONTO DOIS: Outros assuntos de interesse para a Autarquia.

PONTO DOIS: Período para intervenção do público:

PONTO TRÊS: Período da ordem do dia:

PONTO TRÊS PONTO UM: Análise conducente à aprovação da acta nº 21, da sessão de 17 de Dezembro de 2004.

PONTO TRÊS PONTO DOIS: Análise Conducente à Aprovação da Carta Educativa.

PONTO TRÊS PONTO TRÊS: Alteração à Tabela de Taxas, Licenças e Tarifas .

PONTO TRÊS PONTO QUATRO: Proposta de Revisão do Plano Pormenor da Zona Industrial do Alto dos Bancelos.

PONTO TRÊS PONTO CINCO: 1ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos.

PONTO TRÊS PONTO SEIS: Apreciação sobre as actividades da Câmara Municipal e da sua situação financeira.

O Presidente da Assembleia Municipal: Boa noite. Está aberta a sessão. Vamos proceder à chamada.

O Presidente da Assembleia Municipal - mandou realizar a chamada verificando-se a presença dos seguintes membros: Joaquim Maria Godinho Veiga, Carlos Manuel de Almeida Cabral, Mário Joaquim Trindade de Deus, Maria Filipa Martins de Almeida, António José Moura Proença, Rui Manuel Ganito Bacalhau, Jacinto Mouquinho (substituto do membro Joaquim Miguel Manguinhas), Diogo Manuel Canhão Sapatinha, Jerónimo Cavaco, Augusto Manuel Bilro Guégués, António Joaquim Moura Lopes, Norberto João Figueiras Alpalhão, Ivone Espiguinha, António Andrade, Luís Manuel do Nascimento, Joaquim Manuel Grego Esteves, José António Carapeto Dias, António Anselmo. Verificaram-se as ausências dos membros Joaquim Miguel Bilro Manguinhas (Anexo 1), António José Barroso Paixão (Anexo 2).

O Presidente da Assembleia Municipal: Obrigado. Vamos iniciar a agenda de trabalhos, começando pelo Período de Antes da Ordem do Dia. Um ponto um (1.1): "Leitura de expediente".

PONTO UM: Período de antes da Ordem do Dia:

PONTO UM PONTO UM: Leitura de expediente.

O membro António Proença : Boa noite. Como é normal e infelizmente, em termos de expediente, não há nada de relevante que tenhamos por obrigação, que comunicar à Assembleia Municipal. Todavia, os documentos encontram-se na Mesa da Assembleia e se alguém os quiser consultar, pode-se efectivamente dirigir à mesma para o efeito (anexo 3 e anexo 4). Se alguém quiser consultar, faz favor. Muito obrigado.

PONTO UM PONTO DOIS: Outros assuntos de interesse para a Autarquia:

O Presidente da Assembleia Municipal: Portanto, vamos passar ao ponto um dois (1.2): "Outros Assuntos de Interesse para a Autarquia". Se alguém se quiser inscrever, faz favor. António Anselmo, faz favor.

O Membro António Anselmo: Boa noite. É um assunto que já foi falado com a Câmara Municipal de Borba e penso que é um assunto simples, mas devia ser resolvido quanto mais depressa, melhor. Como é

do conhecimento em relação ao largo da Sovibor, durante muito tempo e, felizmente, resolveu-se há pouco tempo com os sinais de trânsito lá colocados, foi impedido o estacionamento a carros pesados. Entretanto, os condutores de carros pesados que eu respeito muito, são pessoas que trabalham muito e infelizmente tiveram que arranjar trabalho noutras empresas para conseguir a sua sobrevivência, trabalham com empresas internacionais ou nacionais e que os obriga a levantar muito cedo. E onde é que estacionavam os carros? Estacionam entre o espaço da exportadora e a parte de trás da Sovibor. Conclusão: são pessoas que trabalham muito e, a maior parte das vezes, levantam-se muito cedo. Ou seja, às duas da manhã (02:00) ou três da manhã (03:00) têm que meter os camiões a trabalhar; esses camiões têm que carregar os compressores e fazem um barulho muito grande que incomoda pessoas que moram na parte de cima, naquele bairro novo, lá do Novo Mundo. Ao que parece, as pessoas queixaram-se à Câmara Municipal de Borba e queixaram-se à Guarda Nacional Republicana e a última vez foram à Junta de Freguesia. Devia ter sido ao contrário, mas enfim, as pessoas estão mal informadas. O que é certo é que as pessoas me dizem o seguinte: ou se resolve o assunto de uma vez por todas ou vão à Guarda Republicana no destacamento superior, ou seja, vão à secção de Estremoz. Eu disse para as pessoas: "Tenham calma, porque o Presidente da Câmara está a resolver o assunto, vamos ver se conseguimos resolver as coisas da melhor maneira". Agora, até este momento, não se resolveu nada. Ainda hoje foram pessoas ao sítio onde eu trabalho dizer-me que, como é que está a situação e eu digo assim: "Hoje vai haver uma Assembleia e vai-se resolver o assunto, naturalmente. Não vale a pena estarmos a arranjar problemas". Por outro lado, eu respeito os condutores e os motorista. Também entendo - e já falei isso com o Presidente da Câmara Municipal de Borba - que deveria de haver um local próprio, um parque de carros pesados. Pagam, não pagam? É uma situação que, penso eu, aparentemente fácil de resolver, mas tem que ser resolvida porque, senão nem agradamos nem a gregos, nem a troianos e não vele a pena. Temos que resolver os assuntos de quem trabalha, de quem tem que ter um camião num sítio seguro, num sítio onde ninguém vai mexer, nem que seja um sítio pago. É um assunto muito simples e penso que merece a atenção desta Assembleia porque é um assunto de Borba e, neste caso concreto, da freguesia de São Bartolomeu. Disse.

O Membro Augusto Guégués : Boa noite. Eu também gostava de dar aqui uma achega porque, de facto, hoje fui notificado para retirar os camiões que tenho ali próximo da minha residência, senão, de facto, era aplicada uma multa. Eu já tive noutra altura precisamente estacionado esses veículos pesados naquela zona do chamado Mizangala, no Largo do Mizangala. Acontece que, pronto, está muito próximo, de facto, do acampamento de ciganos; não digo que são os ciganos, mas o que é facto, a primeira tentativa que fiz para deixar os veículos pesados naquela zona, portanto, no dia seguinte, o depósito tinha sido violado. De facto, corre-se, de facto, esse perigo. Em Vila Viçosa existe um parque, um parque fechado que inicialmente a Câmara Municipal de Vila Viçosa tentou taxar, taxar, portanto, os veículos que utilizavam aquele espaço, mas ultimamente, portanto, aquele espaço é gratuito. Aquilo, se não me engano, é apenas; podem estacionar dentro do parque apenas os residentes, penso eu, mas talvez o Doutor Nascimento possa dar aqui uma achegazinha. Mas aquilo que, de facto, aquilo que eu queria registar aqui é que, de facto, existe uma necessidade - penso eu - uma necessidade imperiosa de se encontrar, de facto, um local para o estacionamento desses veículos porque eles são enormíssimos, o número é significativo, o número de veículos pesados de facto, pessoas que estão ao serviço até de outras empresas que não estão aqui radicadas. Como, por exemplo, Luís Simões e outras. Mas penso que, de facto, a Autarquia, neste momento, dispõe de uma área, por exemplo, a área - penso eu, estou a dar como sugestão, não estou a tentar impor absolutamente nada - mas talvez a zona onde foi realizada a feira, a Festa do Vinho e da Vinha seja, de facto, um espaço que nestas, nestas fases - não é? - a título provisório sempre podia, de facto, funcionar; até podia ser vigiado, não é? Podia perfeitamente - penso que não, não eram assim tão onerosos os custos - ter alguém que pudesse vigiar, durante a noite, nomeadamente, o parque e, e portanto, penso que assim estava-se, de facto, também a prestar algum serviço porque já são inúmeros os motoristas do concelho, quer ao serviço de si próprio, quer ao serviço de outras empresas, que estão a conduzir esses veículos. Portanto, já é um número significativo. Portanto, também fica aqui, digamos assim, a minha chamada de atenção sobre este aspecto.

O Membro Luís Nascimento: Já agora, boa noite. É para complementar aquilo que o Augusto Guégués disse. De facto, o parque de Vila Viçosa é um parque que é fechado, tem um guarda vinte e quatro horas por dia (24h/dia), é taxado só que estão isentos de pagamento de taxa as empresas e os camionistas

residentes no concelho ou com sede social no concelho. Tudo o que é, tudo o que é camionista de fora tem que pagar as taxas que são aplicadas. À partida, podem dizer: "Bem, mas isto, de facto, é um parque gratuito". Efectivamente, pode, dado o carácter de isenção que tem ter o carisma de um parque gratuito, mas ganhou Vila Viçosa em termos de qualidade urbana, do ambiente urbano e ganhou também em relação à protecção das infra-estruturas que eram deterioradas com muita facilidade pelo estacionamento dos pesados.

O Presidente da Assembleia Municipal : Obrigado. Mais alguém quer falar sobre o assunto? Pronto. Se mais ninguém quer falar, vamos encerrar este ponto. Fica a questão levantada - para quem de direito poder tomar posição. O senhor engenheiro Cabral estava inscrito sobre outro assunto, não é? Faz favor.

O Membro Carlos Cabral : Boa noite a todos. Ficaria mal a esta Assembleia, cinco (05) dias depois das eleições do dia vinte (20) deixar passar, em branco essa data que ficará com certeza, na memória de todos nós e que trouxe uma viragem política ao nosso país de uma forma absolutamente estrondosa. Vale a pena fazer três comentários. O primeiro comentário é que, pela primeira vez há, de há vários anos, sobe a votação a nível nacional, baixando a abstenção com mais cerca de cento e sessenta e cinco mil (165.000) votos, o que representa bem o momento que se viveu e que o povo português, quando, está em presença de tentativa de resolução de problemas graves a nível nacional, responde, com interesse e com a sua votação. Evidentemente que os resultados, fazem-me lembrar uma Assembleia em que estivemos aqui quando se soube do abandono do Governo por parte do senhor José Manuel Barroso para a Comissão Europeia e que numa Acta de Julho estará registado o que eu, nessa noite, disse logo sobre o Governo do senhor doutor Pedro Santana Lopes. Ao fim de três (03) anos, de facto, a Direita obtém a maior derrota de sempre desde o 25 de Abril, perdendo em conjunto cerca de seiscentos mil (600.000) votos, e as forças de Esquerda numa altura em que todas as forças de Esquerda sobem ao mesmo tempo, a sua votação. A nível nacional, o PSD perde, quinhentos e quarenta mil (540.000) votos, o Partido Socialista sobe cerca de quatrocentos e noventa mil (490.000), a CDU sessenta mil (60.000) e o Bloco de Esquerda duzentos e quarenta e tal mil votos. Evidentemente que estes resultados têm que ter uma, uma leitura política; esperemos todos que, o novo Governo e, pela primeira vez, a maioria absoluta do Partido Socialista possa vir a, nos próximos quatro (04) anos, contribuir em muito para a resolução, dos gravíssimos problemas nacionais agravados sistematicamente por três (03) anos de uma política económica, social e, em vários sectores importantes da sociedade portuguesa, completamente errada ao arrepio, do que Portugal precisava e nos últimos seis (06) meses acompanhada com o desgoverno absoluto. Terceiro comentário são a votação no nosso concelho: é absolutamente espantoso a constância, dos votos no Partido Socialista no nosso concelho. Faço ressaltar que a freguesia da Orada teve nestas eleições setenta, mais de setenta por cento (70%) de votos no Partido Socialista, havendo no concelho de Borba sessenta e três vírgula quatro por cento (63,4%) de votos no Partido Socialista, sendo o quarto (4.º) concelho do país com maior votos no Partido Socialista. É, de facto, uma constante nos últimos resultados eleitorais, mas mostra também duas coisas: a abstenção baixou de uma forma significativa, havendo uma ida às urnas de setenta por cento (70%) dos inscritos, e os resultados, apontados apontam, de facto, para uma vontade enorme de mudança, pondo, de facto, as outras forças políticas; mesmo em Borba a CDU mantém a sua votação e o PSD perde, cerca de sete por cento (7%) dos votos em relação às últimas votações. O desejo, profundo de que esta nova situação permita, de algum modo, numa situação difícil, numa situação que não é fácil com os problemas do país, bastante agravados, mas que permita relançar políticas, de crescimento económico, de uma muito maior, preocupação social, de uma muito maior preocupação até, com o trabalho das Autarquias, os orçamentos das Autarquias e de uma melhor negociação dos fundos comunitários que permitam um novo período, de completar as infra-estruturas necessárias. Não poderíamos deixar passar, de facto, cinco dias depois das eleições nós, Partido Socialista, sem nos congratularmos com a votação no nosso partido e sem, nos congratularmos - eu pessoalmente - com o aumento, aumento da votação em forças de Esquerda às quais, também apresento, os meus cumprimentos por isso. Muito obrigado.

O Presidente da Assembleia Municipal : Tinha dado entrada uma moção aqui na Mesa que se refere exactamente a este ponto. Eu não sabia que o engenheiro Cabral ia fazer esta intervenção, de forma que eu passava para a bancada da CDU fazer o favor de ler a moção apresentada.

O Membro Luís Nascimento : "Moção: Decorreram, no passado dia vinte de Fevereiro (20/FEV), as eleições legislativas que elegeu os duzentos e trinta (230) deputados para a Assembleia da República. A Assembleia Municipal de Borba reunida a vinte e cinco de Fevereiro de dois mil e cinco (25/FEV/2005): Um - Congratula-se com a forma positiva e saudável para a Democracia Portuguesa como decorreu este processo eleitoral, que registou o aumento da participação e um maior envolvimento dos portugueses nas eleições legislativas. Dois - Saúda vivamente o eleitorado que demonstrou claramente um desejo de mudança, destronando nas urnas os partidos de Direita e derrotando as políticas prosseguidas pelos partidos da coligação PSD/PP, demonstrando desta forma inequívoca, numa viragem à Esquerda, pretender a aplicação de políticas socialmente justas, de interesse dos trabalhadores, do povo e do país" (Anexo 5) .

O Membro Diogo Sapatinha : Eu, eu dirigia-me aos meus companheiros de Bancada. Vi, vi aí uns "olhinhos de, de carneiro mal morto" que não sei o que é que isso significa. É assim: eu acho que esta moção é perfeitamente razoável, é das mais softs que a CDU tem apresentado, é consensual e eu não vejo motivo nenhum para nós não votarmos a favor disto. A CDU, há casos em que é Oposição, mas há casos em que não é, em que está perfeitamente de acordo com as nossas ideias. Portanto, não vejo motivo para não aprovarmos esta moção. É só o apelo que eu queria fazer à minha Bancada.

O Membro Carlos Cabral : A moção não aquece nem arrefece, embora merecesse aquecer, na medida que a sala está um pouco fria. Mas há termos que eu devo dizer, que tenho que dizer alguma coisa. Eu, por exemplo, o termo "destronando" - "Nas urnas os partidos de Direita", é um termo que não gosto, não estavam no trono. O Governo não é um trono, não é? É pouco democrático, não gosto. E segundo, depois há a linguagem CDU normal, mas ainda me hão-de um dia explicar para eu perceber qual; "Socialmente justas de interesse dos trabalhadores, do povo e do país". Qual é a diferença entre os trabalhadores e o povo? É que eu ainda, nunca percebi, esta linguagem porque, evidentemente que isto, tem a ver com a própria história do Partido Comunista, e tem a ver com, os próprios estatutos: o proletariado, os trabalhadores, os partidos de classe, etc. Mas depois, quando a gente mistura trabalhadores, povo, etc, essa história fica um pouco no limbo das coisas até porque hoje, evidentemente, muita água passou debaixo das pontes e as sociedades são organizadas de outra maneira. Agora, eu, não me custa nada, votar, a favor desta moção se ninguém destronou nas urnas os partidos de Direita. Os partidos de Direita, e derrotaram os partidos e derrotaram as políticas prosseguidas pelos partidos da Coligação; não destronaram. E depois, pretender a aplicação de políticas mais justas; porque há sempre aqui um interesse, e uma das questões que eu mais admiro nestas moções, e aliás, devo, devo confessar que admiro, que tenho admiração pela CDU, é sempre a tentativa de interpretar, o voto dos portugueses, e esta, ponto dois (02) interpreta o voto dos portugueses e interpreta o voto dos portugueses depois com um conjunto de generalidades. no fundo "uma viragem à Esquerda, pretender a aplicação de políticas socialmente mais justas". Políticas socialmente mais justas todos pretendem e todos afirmam pretendê-lo. Não as fazem, mas, "do interesse dos trabalhadores, do povo e do país". Claro. O que é que foi o voto? O voto foi uma mudança para, isto e deu como resultados o que deu. Agora, é derrota, não é, não é destrono que a Monarquia já acabou há muito tempo e não há, não há, não há tronos. E depois, "do interesse do povo e do país", "do povo português e do país" era mais bonito, mas não é de acordo com a linguagem, com a ideologia e com a marcação da CDU que, aliás, fez uma bela campanha e eu devo cumprimentá-los por isso.

O Membro Mário de Deus : Muito obrigado, senhor Presidente. Boa noite, senhor Presidente. Boa noite a todos. Boa noite aqui aos meus companheiros de Bancada. Boa noite ao público, apesar de ser hoje pouco, mas nem por isso é pior. Eu pedia-vos um exercício de imaginação: o que pensarão os membros da CDU, os homens e as mulheres, as mulheres e os homens da CDU quando se decidem a fazer uma moção destas e a mandá-la para as Assembleias Municipais penso que de todo o Alentejo ou de todo o País. O que é que eles estarão a pensar? O que é que irá na cabeça deles? Eu ouvi o apelo do Diogo e tocou-me. O meu camarada Diogo a pedir sossego e paz é uma coisa que me toca sempre. Ouvi a interpretação do Carlos Cabral e também fiquei, também fiquei sensibilizado, tocado. Mas pedia-vos este exercício, façam lá este exercício de reflexão: o que pensarão os autores desta moção quando a estão a fazer? Eles pensarão assim: "Vamos dizer meia dúzia de coisas óbvias e os gajos estão de acordo e então vai tudo aprovar, mas vão,

vão todos aprovar tudo que é óbvio, fica tudo na mesma. De facto, é tudo óbvio." Pode ser uma linha de pensamento. Ou então eles não pensarão isso e dirão: "Não. A gente vai meter aqui meia dúzia de coisas óbvias e vamos tentar" - porque não é outra coisa, o Carlos Cabral foi lá parar ali ao sítio, não é? O ponto dois (02) da moção é sintomático, eu penso que o "destronar" não é por acaso porque, quem se senta no trono, são eles. Eles, quando, quando tu dizes que eles interpretam a votação do povo português, interpretam-na do trono. Eles é que pensam, eles é que sabem o que é que pensam os trabalhadores; eles é que sabem quais são as políticas socialmente justas do interesse dos trabalhadores, do povo e do país. Eles é que sabem esta coisa toda. Eles estão lá no trono sentados e, então, a gente aprova. Eu também não me faz diferença, vou já dizer que não me faz diferença aprovar uma coisa destas, não é? Eu fazia-me diferença era se tivesse que subscrever uma coisa destas. Achava que a minha, que a minha razoabilidade, que a minha racionalidade estava a ser posta em causa, não é? Pronto. Cada um vale o que vale, isso é indiscutível. Tantas vezes que eu, tantos anos que eu estive aqui sentado e valia o que valia e nunca quis que aquilo que eu valesse, valesse por dez vezes mais que aquilo que valia. Valia o que valia e eu tinha que assumir isso, não é? E agora cada um vale o que vale. O que está mal é, valendo o que se vale, querer-se valer por dez vezes mais que aquilo que se vale e esta moção penso que o mostra claramente, não é? A arrogância intelectual de quem - eu penso que são a assinatura dos meus cinco companheiros de Bancada. É? Estou enganado ou estou certo? Estas, estes rabiscos que aqui estão, são os meus cinco companheiros de Bancada, não é? É a doutora Filipa, é o António Geiras, é o Moura Lopes, é o Jacinto e é o doutor Nascimento. O doutor Nascimento - à doutora Filipa hoje não, penso que não vale a pena que ela não estava nas listas; deve estar também na mó de baixo - mas ao doutor Nascimento que era, que era membro das listas, explique-nos lá, se faz favor, a intenção de uma moção destas?

O Membro Filipa Almeida : Boa noite também a todos os membros da Assembleia. Eu acho que o Mário está enganado. Houve um dos membros, dos cinco (05) que aqui estão, que não assinou e está aí uma assinatura que é do Jerónimo de Sousa. Enganou-se.

O Membro Mário de Deus : Estava enganado? Não sabia.

O Membro Filipa Almeida: É. Está aí uma que é do Jerónimo de Sousa. Já vinha assinada, nós depois assinámos.

O Membro Mário de Deus : Doutora Filipa, desculpe lá. Eu não sabia.

O Membro Filipa Almeida: Assinámos os outros.

O Membro Mário de Deus : Estava a perguntar. Eu perguntei.

O Membro Filipa Almeida: Pronto. está bem.

O Membro Mário de Deus : Quem é que assinou isto.

O Membro Filipa Almeida: Eu estou a explicar, estou a explicar. Depois eu continuo, continuo estúpida. Devo, devo ser, pronto, vá, acho que sim, acho que vou ser até ao final deste mandato, pelo menos porque mesmo quando - para utilizar uma expressão que já foi utilizada aqui por dois (02) eleitos do PS - mesmo quando as coisas são óbvias, não são. Ou seja, quando a linguagem é tão inócua - como já disseram também - quando, quando nos limitamos a não ferir nenhuma susceptibilidade ou a tentar, a tentar não ferir nenhuma susceptibilidade, até alterámos um, um verbo que estava aqui que não era "destronando" era "destroçando". Depois achámos que era muito forte, até, até alterámos este verbo. Mas mesmo assim, mesmo quando damos os parabéns de uma forma educada, há gente que não recebe os parabéns e não gosta dos parabéns. Paciência, paciência. O que eu tenho a certeza - e o Mário vai-me desculpar este desabafo - o que eu tenho a certeza é que os meus alunos não conseguiriam levantar tantas dúvidas a este texto como o Mário acabou de levantar. Não conseguiam, percebiam melhor à primeira. Mas o Mário também percebe, o Mário também percebe perfeitamente. Agora, quando as pessoas não querem votar, quando não querem ouvir - mas isso não é comigo, isso é convosco - quando não querem ouvir um apelo, um apelo de unidade, digamos, que foi feito por um eleito do PS, que não viu nenhum problema nisto,

inventam e põe-se a tentar interpretar o que é que os outros pensaram quando estavam a escrever. Eu também não sabia que o Luís tinha mandado para todas as Assembleias Municipais do país, mas olha, Luís, fizeste um bom trabalho. Desde ontem à noite até hoje, conseguiste mandar para todos, ainda bem. Agora, isto é, isto é inventar. É inventar e perder tempo, e perder tempo. Se não quiserem aprovar, não aprovem. Se fosse uma moção para, com o objectivo de levantar problemas, de levantar dúvidas, de levantar logo vozes contra por parte do PS, não era escrita com esta linguagem certamente. Nós nem falamos na CDU, nós nem falamos e, por acaso, aquilo que vou dizer agora não, nem, nem troquei opiniões com o Luís, mas há uma que nem tem a ver com a CDU, nem com o PS, mas que é uma coisa que nos preocupa e que deve preocupar a todos que foi a redução do número de eleitores deste concelho em trezentos (300) de há três (03) anos a esta parte. O concelho de Borba teve menos trezentos eleitores que é uma coisa que, em termos sociais, em termos de, de vida democrática nos preocupa e em termos sociais nos preocupa. E, se calhar, cada um de nós pensa porque é que será. Foi gente, pouca gente que nasceu, muita gente que morreu, se calhar gente que se transferiu. Mas é uma coisa que nos preocupa porque é dos concelhos que perdeu mais eleitores nos últimos anos. Agora, isto; e não está aqui; por acaso podia estar aqui e não está aqui, não chegámos a falar no assunto. Agora, não inventem porque nós não temos nenhum modelo unificador para o país inteiro e para a CDU toda e para o PCP todo. É uma tentativa de, digamos, no momento, no momento em que os eleitores do país votaram à Esquerda e numa Assembleia Municipal que só tem uma digna, digna, mas só uma (01) representante dos partidos que estavam no Poder, naturalmente eu percebo perfeitamente que a Ivone não esteja de acordo com isto, mas é uma tentativa, digamos, no momento, pelo menos neste momento, das forças à Esquerda do Governo que estava no Poder e que ainda está a tentar ter uma posição comum. Se não o conseguimos, eu pela minha parte digo-vos: já não sei o que é que podemos fazer mais.

O Membro Moura Lopes : Boa noite. O meu amigo Mário, quando pende para aquele lado não há nada a fazer. Eu penso o seguinte: Eu tive um camarada meu que infelizmente já morreu, todos conhecem a Casa do Alentejo, a Casa do Alentejo estava dominada pelos ex-latifundiários há muitos anos e, digamos, uma série de pessoas que estiveram mais empenhadas no 25 de Abril, enfim, desenvolveram eleições democráticas em muitos lados, a Casa do Alentejo ficou para o fim, digamos assim, e houve uma altura que houve lá eleições e foi fácil, foi fácil as forças democráticas ganharem, ganharem a Casa do Alentejo, a direcção da Casa do Alentejo. E quando digo, quando digo forças democráticas, é mesmo forças democráticas. Tinha lá gente de todas as áreas, menos os antigos latifundiários. Esses tinham-se ido embora. E houve - o que eu ia contar - houve uma certa euforia quando foram anunciados os resultados e esse camarada meu ensinou-me uma coisa que eu nunca mais esqueci: "Eh vamos ter calma. Não temos que estar a humilhar os vencidos; bem basta a humilhação de eles terem sido vencidos" e isto tem sido, e isto foi das primeiras - e agora é a altura de dizer isto - e isto foi das primeiras coisas que o PS fez aqui em Borba e que eu não gostei nada e não gosto e penso que devem corrigir isso. O PS já esteve por duas (02) vezes nesta Câmara. Eu, felizmente ou infelizmente, felizmente já tive muitas vitórias e já tive muitas derrotas e, digamos, que o meu comportamento mantém-se, mais ou menos, na mesma direcção, embora naturalmente fique mais satisfeito quando tenho vitórias do que quando tenho derrotas. Mas procuro, procuro não, procuro não achincalhar - é o termo - digamos, as forças que foram derrotadas e até por isto: hoje o PS está aqui na Câmara, daqui por, por um (01) ano pode já não estar, o meu comportamento é o mesmo. Eu pedia ao Mário se ele consegue fazer um esforço porque, por vezes, ele tem algumas intervenções que eu até posso subscrever. Lembro duas (02); lembro uma, quando foi a discussão da saúde nos Bombeiros, aquela célebre das mãos - não é? - estava desajustada na altura, mas pronto, isto é uma coisa que se, que se tem que falar muitas vezes e penso que, e na questão da saúde penso que devemos mesmo dar as mãos; e foi aqui numa Assembleia anterior que, enfim, teve uma posição que, que eu não me importaria, pelo menos parte, de subscrever. Agora, Mário, não é por este caminho que vamos lá. A CDU apresentou, como sempre apresenta, e com algumas dificuldades que tem porque, enfim, uns andam num lado, outros andam no outro; digamos, não tem, neste momento - e isto não é pejorativo - não tem pessoas na Câmara a tempo inteiro, e isto é uma realidade, e consegue e faz um esforço e apresenta uma moção. Esta moção não tem nada de especial. Procurou-se - como a Filipa já disse - retirar esse termo, não vê outro melhor que é o, o do "destronar". O que estava lá era um termo que, na minha opinião, era agressivo para um membro que está aqui do PSD e, e, digamos, e nós tivemos essa preocupação. Eh está aí uma moção, está aí uma proposta, chamem-lhe o que quiserem; ou aprovem

ou reprovem, mas, por favor, por favor, não, não, não, eh não brinquem com coisas que são sérias. A política é uma, na minha opinião, é uma coisa séria. Pronto. Disse.

O Membro Carlos Cabral : Da minha parte, é para terminar. Eu tinha dito que não me importava nada de votar, mas os argumentos; tenho muita pena, os argumentos desenvolvidos pela doutora Filipa, fazem-me pensar duas vezes, na medida em que, por mais que leia - e eu, ler Português, sei - não vejo, não encontro aqui, parabéns, aos vencedores, não, de todo. Saúda-se o eleitorado e quer-se "aplicação de políticas socialmente justas de interesse dos trabalhadores, do povo e do país", é o que está cá escrito; o resto é um intervalo. Evidentemente, porque é que esta moção levanta estes problemas? Não tem, interesse nenhum, não tem nenhum problema, não tem nenhuma questão. É só porque há sempre uma tentativa, de imposição de uma moção para ver o que é que os outros fazem, e é essa a questão. Evidentemente que a moção, do meu ponto de vista, pode ser, perfeitamente, aprovada. Não devemos perder mais tempo para isso; nem que seja aprovada, só com os votos da CDU e a abstenção do Partido Socialista.

O Membro Mário de Deus : Como é isso agora? Como é que eu posso deixar cair o apelo do meu, do meu camarada Diogo Sapatinha em saco roto? Ele ainda está na disposição de votar. Liberdade de voto sempre. Mas penso que vale a pena perdermos mais alguns minutos, até porque neste sítio, neste sítio nem está muito frio e, é nesta casa que se gosta de fazer política. Eu não, não resisto, não resisto. Ouvi a Filipa com toda a atenção do mundo - aliás, como ouço sempre, ela sabe - e o Moura Lopes ainda com muito mais, se tal é possível - não sei se será possível - mas esperando que seja possível. Ouvi a Filipa com toda a atenção do mundo e o Moura Lopes ainda com mais e continuo a levantar a mesma questão, continuo a pôr, continuo a dizer aos meus companheiros, aos meus camaradas de Assembleia; aos meus camaradas de Bancada e aos meus camaradas de Assembleia e nisto também entra a excelentíssima deputada do PSD, entram todos, qual será o interesse de fazer uma moção destas? Obviamente que dizer o óbvio não é. Obviamente que, se fosse para dar parabéns como a Filipa diz e que o Cabral já desmontou, quem tem que dar parabéns não seria a Filipa; seria obviamente outra pessoa qualquer da Bancada do PS que viria, oportunisticamente, a correr, a correr, a dizer: "Ganhámos" e aí o Moura Lopes também teria alguma razão. Tal não aconteceu. Ninguém, ninguém se põe em bicos de pés; ninguém quer saber disso para coisa nenhuma. Decorreu, decorreu, como diz o ponto um (1), "decorreu tudo de forma positiva e saudável para a democracia portuguesa. Este processo registou um aumento", Todos sabemos isto. Está dito, está dito. Está feito, não é? Está dito, está dito. Está feito, está dito, ninguém mais dizia coisa nenhuma. Depois passamos para o ponto dois (02) e não se saúda ninguém que ganhou, saúda-se o eleitorado que demonstrou claramente um desejo de mudança. Mudou-se ali o verbo - está para aí um a suspirar, qual é que suspira? Tenham lá paciência. Ó Moura Lopes, estás a suspirar dessa maneira? Eu não acreditava, eu que tu suspirasses dessa maneira. Mudou-se ali o verbo, o tal verbo que era "destroçando", que também me parecia muito, também me parecia muito,

O Membro António Andrade : Isto não traz nada de novo. Como é que adem vir as pessoas à Assembleia? Isto, perde-se aqui tempo nestas coisas.

O Membro Mário de Deus : Ó senhor Presidente, e está-me a ofender esta atitude, está-me a ofender a atitude do senhor Presidente de não mandar calar um animal destes que me está agora a incomodar na minha apresentação. Então, quem é que pôs a moção? Eu estou apenas a falar de uma moção que eles para aqui trouxeram.

O Presidente da Assembleia Municipal : Pronto. É preciso é calma. Já interrompi. Por favor, não estabeleçam diálogo.

O Membro Mário de Deus: Então, pronto. Então, pedem, pedem, pedem, vêm depois hipocritamente para aqui fazer discursos e agora vêm, depois vêm com outro a dizer que não é assim? Então, para que trouxeram isto? Ai. Então, agora têm que ouvir. Têm que aprender alguma coisa. Quando fizerem a próxima moção, têm que a fazer mais bem feita. A perfídia - senhor Presidente, se me permite - a perfídia também se aprende. A perfídia, a maledicência, o aproveitamento linguístico também se aprende e a doutora Filipa é professora de Português, saberá isso melhor que eu. E eu, já agora, é isso que eu ia dizer, e que quero acabar de dizer com toda a calma, e apesar da má disposição aqui do meu companheiro de

Bancada, que não há razão para isso, só se for alguma azia, algum problema; eu cá não tenho nenhuma; é dizer que "Demonstrando desta forma inequívoca uma viragem à Esquerda", até aqui estava tudo bem; "Pretender a aplicação de políticas socialmente justas de interesse dos trabalhadores, do povo e do país", isto é que já não pode ser dito. Não podem ter a pretensão de dizer isto. O PCP, a CDU não pode falar em nome dos interesses do povo nem dos trabalhadores. Dos trabalhadores já não pode; pela expressão, pela expressão eleitoral que têm, já não pode falar em nome dos trabalhadores. Do povo muito menos e do país ainda muito menos. Quando se está a fazer uma moção destas que parece óbvia, que parte do óbvio e parece que vai acabar no óbvio, não é verdade. Parte do óbvio, parte de uma coisa que toda a gente constata; parte de um, de uma situação que não eram eles que a deviam fazer para depois vir acabar numa intenção de aproveitamento de canalizar aquilo que, que foi a votação no sentido do programa eleitoral deles que foi votado e que teve a percentagem de votos que teve. É o drama desta moção; é por isso que eu não estava de acordo com o meu camarada Diogo Sapatinha em votá-la nem me parece, vamos lá ver, se a votasse também não era por aí, não era por aí que me fazia - como diz o Carlos Cabral - não era por aí que eu morria. Se a votasse, votava-a; não me parecia, também não era muito grave e, no fundamental, eu estava de acordo com a moção. A Esquerda ganhou, toda a Esquerda em Portugal ganhou, não me importava nada de receber os parabéns da parte da Esquerda que me compete e dar os parabéns à outra parte da Esquerda, não, nada disso me custava. Agora, depois da intervenção da Filipa, que é inócua. Agora, da do Moura Lopes que é perversa, que é, que é mesquinha porque foi até à Casa do Alentejo, lá à história da Casa do Alentejo, ou ao tempo em que a Casa do Alentejo era dos - dos quê? Dos latifundiários? - isso é que penso que são, isso é que eu penso que são considerações que não vêm para aqui fazer coisa nenhuma nesta altura, que não fazem aqui coisa nenhuma. E depois, então, da reacção de alguns camaradas aqui de Bancada, eh eu, senhor Presidente, lamento, mas tenho que lhe comunicar que me vou abster na votação desta moção.

O Membro Filipa Almeida : Eu acho que esta discussão vai longa, mas naturalmente o senhor Presidente entenderá quando deve pôr à votação. De qualquer forma, também não posso deixar de fazer um comentário neste momento e é um comentário que me entristece e que é, mais ou menos, o seguinte: é pena realmente não vir mais público à Assembleia Municipal. É pena muitos eleitores deste concelho não conhecerem, não ouvirem, não assistirem, não verem a arrogância com que alguns eleitos da Assembleia Municipal falam para outros eleitos da mesma Assembleia Municipal. É pena num momento destes, uma semana, menos de uma semana depois das eleições com estes resultados, em que o Partido Socialista obteve a maioria absoluta, haver reacções destas numa Assembleia Municipal por parte de eleitos do PS e nomeadamente e muito concretamente esta última intervenção do eleito Mário de Deus. Porque, agora sou eu que não percebo qual é o objectivo destas intervenções. Nós somos cinco (05), somos só cinco aqui, a maioria vota como quiser: com disciplina de voto, sem disciplina de voto, é um problema que não é meu, não é nosso, não é de nós os cinco. Apresentámos um texto ao qual não fizeram nenhuma proposta de alteração. Se o objectivo é que toda a gente vote contra ou toda a gente se abstenha, o problema não é nosso, é vosso. Agora, não é digno para a Democracia a forma como esta última intervenção decorreu, senhor Presidente. Isso é que não é digno.

O Presidente da Assembleia Municipal : Obrigado. Mais alguém quer falar sobre o assunto? Então, engenheiro Cabral, faz favor.

O Membro Carlos Cabral : É para lhe dar mais uma alteração. Eu passei do voto a favor para a abstenção e agora para o voto contra porque, eu não posso estar aqui, a ser classificado de digno ou não digno das intervenções que faço. Eu tenho direito à palavra como membro da Assembleia Municipal, e quem me julga é pelas palavras que eu digo, o que os outros dizem. a moral, está afastada destas questões, e o julgamento, à partida, sobre as nossas palavras, também estão afastados. E logo, agora, eu vou votar contra e é isso que queria comunicar também aos meus parceiros.

O Membro António Anselmo : Pronto, à parte disto, isto é assim: eu faço parte de um grupo e respeitei, há bocado percebi perfeitamente aquilo que disse a pessoa que eu entendo que, enfim, tem um bocado de credibilidade para chefiar este grupo. Falámos em abstenção. Eu, a mim, não me importo, não me incomoda muito lá os termos, o "destronando" é um bocado, um termo um bocado monárquico. Eu

compreendo o que diz, o que diz a CDU. Eu acho que aqui estamos para resolver assuntos da nossa terra. Naturalmente que uma moção dessas, para mim, dá-me um bocado de prazer porque entendo que as pessoas que trabalham, votaram da melhor maneira. E, aliás, votaram de tal maneira bem que, em Outubro, vão provar, em Borba, que votaram bem. Ou seja, aqui há uns tempos atrás estávamos todos fartos da CDU; fartos de gente que sinceramente tinha a mania que mandava nisto, que sabia tudo, que era melhor que os outros todos e as pessoas de Borba deram volta a isto. No país sucedeu exactamente a mesma coisa, isso é que conta. Agora, essas mesquinhas para cá, para lá, pronto, não me interessam muito. A moção está bem feita, o "destronando" é um termo monárquico, eu não sou monárquico por natureza, não é? O meu pai trabalhava, a minha mãe trabalhou, de maneiras que eu não sou monárquico. São conversas de treta, estamos a perder mais de meia hora ou mais de três quartos de hora em relação a coisas de treta. Eu voto; em relação a esta moção que foi apresentada, voto; abstenho-me em relação a essa moção por um motivo muito simples, porque entendo que a vitória é de quem trabalha. A vitória não é da CDU, nem é do PS; a vitória é das pessoas que estavam fartas da Direita e cada vez estão mais fartas da Direita e as pessoas estão fartas da Direita e da Esquerda. Estavam fartas de uma Esquerda arrogante, como estavam fartas desta Direita arrogante. É só isso. A primeira intenção do Carlos Cabral foi boa, eu concordei com ela. Não concordo com ele, ele vota contra, eu voto, eu abstenho-me. Agora, não vale a pena perdermos tempo com conversa fiada. As coisas públicas ou as coisas privadas discutem-se em privado, não é aqui.

O Presidente da Assembleia Municipal : Muito obrigado. Mais alguém quer falar sobre a moção ou sobre este assunto? Vamos passar à votação. Portanto, a moção foi aprovada por maioria com 8 votos a favor, 3 votos contra e 7 abstenções. Vamos passar ao ponto dois (02) - "Período para Intervenção do Público"

PONTO DOIS: Período para Intervenção do Público.

O Presidente da Assembleia Municipal: Se alguém se quiser inscrever, do público, faz favor de se identificar. Como não há inscrições por parte do público vamos passar ao período da ordem do dia.

PONTO TRÊS: Período da ordem do dia:

PONTO TRÊS PONTO UM: Análise conducente à aprovação da acta nº 21, da sessão de 17 de Dezembro de 2004.

O Presidente da Assembleia Municipal: Se alguém se quiser inscrever, faz favor.

O Membro António Anselmo: Eu só queria referir que eu estive presente e o meu nome não consta nas presenças.

O Presidente da Assembleia Municipal: será rectificado. Mais alguém se quer pronunciar? Vamos passar à votação. A acta está aprovada por maioria com 12 votos a favor, 2 abstenções e 4 votos contra.

PONTO TRÊS PONTO DOIS: Análise Conducente à Aprovação da Carta Educativa.

O Presidente da Assembleia Municipal: Se alguém se quiser inscrever, faz favor.

O Presidente da Câmara Municipal: Muito obrigado. Boa noite a todos. Relativamente a este assunto, queria dizer-vos o seguinte. Penso que antes de chegarmos a esta, a esta discussão, talvez seja importante fazer um breve historial da razão de chegarmos aqui e de estarmos hoje aqui a votar a Carta Educativa. Aqui há uns meses atrás, levantou-se a questão de elaboração da Carta Educativa e foi proposto que se adjudicasse este trabalho a uma empresa através da Associação de Municípios do distrito de Évora. Entendi - da qual, à partida, custaria, salvo erro, cinco, cinco mil contos (5.000.000\$00) - entendi eu que, após falar com os restantes elementos da maioria, que não se justificava, em minha opinião, em nossa opinião, que a Câmara gastasse cinco mil contos para elaborar um documento desta natureza, existindo na Câmara técnicos que podiam fazê-lo. Poupávamos dinheiro e resolvia-se, resolvia-se o assunto que, à partida não teria, se calhar, aquela importância, a importância que alguns lhe deram. Bom, mas, enfim. E

foi essa decisão que tomámos: pegou-se numa equipa da Câmara de arquitectos, da socióloga, técnicos da Câmara em conjunto com os técnicos da Direcção Regional de Educação e com mais - desculpem o termo - mais pontapé, menos pontapé nos dados, para lá e para cá; mais discussão, menos, menos discussão chegou-se a um documento que é esse que aí está. É esse que foi elaborado por consenso, foi enviado à Direcção Regional de Educação, foi enviado, foi dado parecer favorável, foram feitas várias reuniões, foi enviado ao Conselho Municipal de Educação, a escola pôs o documento à discussão entre os professores, os professores manifestaram-se, o senhor Presidente da Assembleia que faz parte do órgão teve oportunidade de ouvir. Deram parecer favorável e, portanto, está aqui. Claro que, dos objectivos desta Carta Educativa - e a Carta Educativa vai ter que fazer parte integrante do Plano Director Municipal - é óbvio que havia da nossa parte, houve da nossa parte sempre um objectivo fundamental: que era tentar evitar que encerrassem escolas no concelho e que, à partida, se encontrasse uma solução para que também, de certa forma, pudéssemos recuperar ainda aquelas que existem, apesar de - como é sabido de toda a gente e até por aquilo que tem sido dito - que o dinheiro que se dizia que existia, já não existe. Arranjam-se os mais variados trocadilhos para se justificar o dinheiro que não, que não há. Primeiro havia dinheiro para equipamentos, agora já não há. Ou seja, parece que andámos, andamos, andámos aqui durante uma série de tempo a brincar quase aos polícias e ladrões, a fazer candidaturas para as quais não havia dinheiro para, mais tarde, nos virem dizer que para os equipamentos não havia dinheiro e para as escolas pouco haverá. Ou seja, andámos aqui a fazer de conta e penso que este documento é um documento para fazer de conta. Mas o futuro o dirá. Uma coisa é certa, é que a Câmara de Borba poupou cinco mil contos (5.000.000\$00) e neste momento faz parte dos únicos três (03) concelhos que não adjudicaram externamente o trabalho e que têm a Carta Educativa pronta ou, pelo menos, tinham, que é o concelho de Borba, de Estremoz e de Mora. São os únicos concelhos que têm a Carta Educativa concluída com pareceres favoráveis de toda a gente. Nós, após, o parecer favorável do Conselho Municipal de Educação, enviámos também, enviámos aos eleitos da Assembleia Municipal. Naturalmente que enviámos em suporte informático porque, como sabem, isso são cento e oitenta e tal folhas e, portanto, ficava muito dispendioso em termos de fotocópia. Pedimos desculpa por isso; se calhar alguns não terão tido oportunidade de visionar o equipamento para ver isso tudo nas devidas condições, mas achámos também que era extremamente dispendioso para nós estar a enviar esse documento em suporte de papel e foi isso que fizemos. Neste momento temos pareceres favoráveis de toda a gente. Vai ser integrado no Plano Director Municipal e, portanto, pusemos à consideração da Assembleia Municipal. Penso que estamos em condições de ficar com esse documento, sabendo nós que realmente há-de haver, com certeza, ainda alterações. Até porque, com as mudanças de governo que existiram eu estou convencido que na política de Educação vai haver alterações profundas e que, se calhar, se reflectirão obviamente nestes estudos que foram feitos a propósito deste documento. Claro que foram feitas todas as projecções em termos de população, foram, pronto, procurámos sobretudo não deixar encerrar estabelecimentos de ensino e procurar encontrar as melhores soluções para aqueles que existem e, para já, disse.

O Membro Filipa Almeida : Ora bem, este assunto é um assunto que, que eu gostaria de, de poder discutir bem e digo gostaria de poder discutir bem porque até por profissão é uma, uma área que me interessa especialmente, mas a primeira coisa que quero dizer é que não tive oportunidade de, de estar em condições; de me preparar para estar em condições para uma boa discussão sobre a Carta Educativa. Recebi, recebi na terça-feira porque vim ao gabinete da Assembleia e pedi para me entregarem os documentos, porque iam para o correio para, penso que os outros membros receberam na quarta-feira, iriam na terça-feira para o correio. E, portanto, um documento que é recebido em CD com cento e quarenta, cerca, cerca de cento e quarenta (140) páginas. Eu vi menos. Vi cerca de cento e vinte (120), nem consegui abrir tudo. Penso que um documento desta dimensão entregue em CD com dois (02) dias, na antevéspera da Assembleia Municipal deixa muito pouca margem para nós estarmos - nós todos, não estou a falar de nós, CDU - deixa pouca margem para nós todos estarmos em condições - mesmo que não tivéssemos feito mais nada - para estarmos em condições de discutir este assunto e de o votar conscientemente. Porque ele pode ser votado, mas não é conscientemente. Porque, a não ser que outros membros da Assembleia conhecessem antes, eu não conhecia e a primeira coisa que vi, a primeira vez que vi foi este CD, mais nada. Em relação ao formato em que este documento foi enviado aos membros da Assembleia, penso que - é uma sugestão que deixo para o futuro - penso que isto é uma forma eficaz para alguns. Para mim é uma forma eficaz, para o Luís Nascimento também é. Aqui na Bancada da CDU, para

os outros três (03) camaradas que aqui tenho ao lado, têm aqui um, um CD, bonito ou não, mas, se calhar, não têm forma de o ler. Penso eu que o Andrade, o Moura Lopes e o Jacinto não - eles falarão por eles - mas penso, daquilo que conheço, que não tiveram forma sequer de o ler. Portanto, em relação ao formato, eu acho que, no futuro, poderia haver forma discriminada de entregar os documentos. Para mim, documentos grandes, tudo bem, podem-me entregar em CD. Mas, se calhar, não custava nada fazerem uns telefonemas e, e perguntar aos membros da Assembleia se têm oportunidade de, de ver estes documentos neste formato porque alguns não têm. Em vez de se tirarem fotocópias para todos, tiravam-se só para aqueles que não tivessem possibilidade, que não tenham computador. Provavelmente poderia ser, é uma sugestão que deixo. Agora, independentemente do formato, eu não discuto, nem vou discutir com a Câmara a forma que a Câmara entendeu de fazer por administração directa e não adjudicar a uma empresa porque, se entendeu que tinha condições para o fazer, tudo bem. Não, não há problema nenhum. As coisas não são melhores, não só as opções do Município, mas são opções que ultrapassam o Município e esta Carta Educativa, como outras que foram feitas até este momento, nos últimos anos, é uma Carta Educativa que tem certamente, obrigatoriamente as orientações da Direcção Regional da Educação do anterior Governo. Ou seja, a política educativa que a Direcção Regional de Educação seguia até agora, penso eu que não vai ser a mesma que vai ser seguida daqui para a frente. E se for, muito mal estará este país porque eu conheço e o senhor presidente também conhece, eu conheço e ele conhece também aquilo que eu vou dizer. Nos últimos anos foram implantadas medidas nas escolas, na área da educação que não estavam sequer aprovadas em Assembleia da República. Outras que não estavam promulgadas pelo Presidente da República e que vão voltar para trás, mas foram implementadas e obrigaram a mudanças, em alguns casos, muito grandes. Na minha escola, por exemplo, houve mudanças muito grandes em termos de horários, em termos de funcionamento da própria escola e isto foi imposto pela Direcção Regional de Educação. Alguns camaradas vossos da mesma força política deram-se muito mal com estas coisas e criaram-se conflitos de difícil resolução com a Direcção Regional. Portanto, isto para dizer que a mim, pessoalmente, a Direcção Regional de Educação com as orientações que teve até agora, a mim, não me dá confiança nenhuma. Para mim, não tem credibilidade nenhuma em termos de orientação de política educativa e, portanto, é a primeira questão que eu coloco ao documento que, digo-vos, abri ontem à noite, não consegui abrir as cento e quarenta e quatro (144) páginas, abri cento e vinte (120), não sei porque, ou cento e quarenta e seis (146) e eu consegui abrir, consegui ver cento e vinte. Portanto, o computador deve ter, deve-se ter, deve-se ter recusado a abrir as outras, suponho que são as últimas e, portanto, não conheço aprofundadamente. Queria fazer algumas perguntas, mas queria também deixar uma pergunta e uma proposta porque ouvi com muita atenção o que o senhor Presidente disse e da intervenção que fez, não me pareceu que este documento seja de aprovação urgente. Não me pareceu porque, se é urgente - ele está a abanar a cabeça a dizer que sim - se é urgente, então eu digo, se é urgente, desculpem lá, mas isto tinha que ter sido apresentado à Assembleia Municipal com mais antecedência para podermos votar em consciência. Se não é urgente, acho que deve ser apresentado e deve ser deixado para depois. E levanto outra questão sobre a urgência; o senhor Presidente disse: a Carta Educativa vai fazer parte integrante do PDM e a minha pergunta é a seguinte: então, não é o contrário? Então o PDM que está em revisão não tem que ser primeiro aprovado ou não deveria, ou não deverá primeiro ser aprovado para depois se fazer os instrumentos de planeamento mais especificados, mais pormenorizados? Então não é o PDM que define também, em termos de equipamentos, que define em termos de equipamentos aquilo que, que faz falta ao concelho em termos de equipamentos educativos? Tem que, tem que ser. O segundo, ou pelo menos, ou pelo menos, os dois documentos tinham que estar a ser feitos, em simultâneo e com a participação, e com a participação da equipa que está a fazer a revisão do PDM porque senão, as coisas não batem umas com as outras. Porque senão, a equipa do PDM está a trabalhar sobre uns dados e os técnicos que fizeram a Carta podem estar a trabalhar sobre outros, sobre outros dados. O senhor Presidente disse também que houve uma tentativa de evitar o encerramento de escolas, mas com - e pergunto eu - com a projecção demográfica que aí está e com o decréscimo populacional é possível evitar o encerramento de escolas? É possível que as escolas continuem todas a funcionar sabendo nós que algumas já têm pouquíssimos alunos e vão ter menos alunos ainda nos próximos anos? Pelo menos, nos próximos anos. Mesmo que sejam, mesmo que sejam feitos agora, ainda vão demorar algum tempo a chegar à escola. E são fundamentalmente, são fundamentalmente estas questões. O senhor Presidente diz que talvez seja um documento para fazer de conta, mas é dos poucos concelhos; Borba é dos poucos concelhos que já tem a Carta Educativa. Em que é que isso, também de acordo com as informações que

nos deu, em que é que o ter a Carta Educativa vai beneficiar o concelho, em termos de financiamento, seja para obras seja para equipamento? Porque, da intervenção que fez, mostrou-se muito céptico relativamente às, às questões financeiras. E depois disto, digo-vos sinceramente, é um documento que eu lamento que tenha sido entregue na antevéspera da Assembleia Municipal, neste formato, para todos os membros, sem que ele fosse objecto de uma apresentação e uma explicação prévia por parte do Executivo para, por exemplo, ser apresentado hoje numa Assembleia para, por exemplo, ser aprovado numa próxima Assembleia, seja ela ordinária ou faça-se uma Assembleia extraordinária, se for caso disso porque um documento que define os equipamentos educativos e o funcionamento das escolas e que teve a participação - segundo o senhor Presidente disse - dos professores do agrupamento de escolas do Concelho Municipal de Educação, um documento destes deve ser bem conhecido dos membros da Assembleia Municipal antes de assumirem a responsabilidade de votar e, por agora, disse, senhor Presidente.

O Membro Rui Bacalhau : Boa noite. Queria também tecer aqui algumas considerações acerca deste documento. Efectivamente, também lamento o facto dele ter sido só fornecido dois dias, um (01) dia antes da Assembleia. Eu só tive oportunidade de o verificar e de o abrir ontem à tarde, mas queria começar por congratular a Câmara Municipal pelo facto de ser das poucas no Alentejo que já realizou o documento - Borba, Estremoz e Mora - e por aí os meus parabéns. A iniciativa é boa, efectivamente estamos na era tecnológica. Houve alguém que dizia há bem pouco, há um mês e pouco: "Este é o meu programa" e ganhou com a maioria absoluta e isso pode ser também sintomático, no sentido de ser um documento positivo para a nossa terra. É as novas tecnologias, é a mesma geração das novas tecnologias. O método, o método, e tem alguma estratégia subjacente, como o senhor Presidente já acabou de citar há pouco; também não tenho muito a dizer acerca disto, mas de uma forma, de uma forma, muito, muito resumida, penso que isto é um documento bastante importante para Borba e que se calhar necessitaria de uma maior preparação e um maior conhecimento de todos nós e, se calhar, mesmo dos próprios técnicos. Eu, da leitura que fiz apressada a este documento, eu garanto que no meu, no meu computador são cento e quarenta e quatro (144) páginas. Isto divide-se em três (03) partes, portanto, o seu conteúdo: é o diagnóstico e o diagnóstico não é mais do que um relatório demográfico. Eu já andava há alguns tempos com curiosidade de ir ao site do INE para retirar os cadernos demográficos e agora tive oportunidade, pelo menos, sobre Borba, está lá. Fiquei a saber a história de Borba, fiquei a saber algumas coisas e fiquei, de facto, contente com o relatório que aqui está sobre isso. Relativamente à situação existencial, verifiquei que há algumas incorrecções. Nomeadamente num estabelecimento no qual tenho conhecimento profundo e é na página noventa e nove (99), o número de crianças que lá estão nesse estabelecimento, não é igual ao número que lá está, que lá está inscrito. E as conclusões, tenho, não sou muito a favor delas porque são muito pouco conclusivas. Tenho-a aqui, imprimi-a, é uma página. Não percebo nada disto; limita-se a relatar o que já foi dito antes. Isto leva-me a uma situação muito simples. Já foi dito aqui pela doutora Filipa há pouco que houve um menor número de votantes, houve uma diminuição da população. Também já foi dito aqui que a abstenção diminuiu e isto só, estamos perante um problema grave, é um problema demográfico. Isto é, Borba está, desde mil novecentos e sessenta (1960) - diz lá na página trinta (30) que tenho aqui à minha frente - a perder população. Efectivamente, se Borba continuar com este ritmo e a perder esta população, escolas vão ter que fechar, com certeza, e vamos estar perante um problema grave. Em mil novecentos e sessenta (1960), a população total de Borba era de dez mil, quatrocentos e trinta e um (10.431). Em dois mil e um (2001), estamos perante sete mil, setecentos e oitenta e dois (7.782). Se, pelas conclusões de há pouco, os votantes, a população que votou é menos e a abstenção diminuiu, simboliza que Borba perdeu população. Então, este gráfico - para quem tem computador, pode-o ir ver na página trinta (30) - é bastante ilustrativo e obriga-nos a pensar de uma forma estrutural. Borba precisa de políticas para inverter isto. Isto que aqui está não é mais do que o resultado da política que tem sido seguida em Borba ao longo destes trinta (30) anos e que maioritariamente, quer nós queiramos, quer não, foi Câmaras CDU. Onde é que está o desenvolvimento económico sustentado, onde é que está tudo isto para inverter esta tendência? Eu repito os números: em mil novecentos e sessenta (1960), ou por outra, até mil novecentos e sessenta (1960) a população em Borba cresceu; passou de seis mil e quinhentos (6.500) em mil e novecentos (1900), para dez mil e quatrocentos (10.400). Daí para cá, diminuiu quase a mesma percentagem. É um problema bastante grave. Além da Carta Educativa que pode ser um documento muito importante, este documento obrigou-me a fazer este tipo de reflexão e trago-o para aqui para a

Assembleia porque considero que nós temos que zelar pelos interesses futuros de Borba, pelo futuro da população de Borba, pelo bem-estar da população; temos que criar e temos de defender aqui políticas que possam inverter esta tendência. Esta tendência tem que acabar, sob pena de - como é dito no documento - deixar de haver procriação, procriação e, no futuro, a tendência de decrescimento ainda será maior. Fugi à Carta Educativa, mas acho que levantei um problema que, para mim, me preocupa seriamente e que gostaria que esta Assembleia se pronunciasse também sobre ele. Parabéns à Câmara por ter entrado na era tecnológica. Tenho dito.

O Membro Carlos Cabral : Muito obrigado. Por de formação profissional, eu estudo bastante demografia, e por isso, não podemos isolar o concelho de Borba de todo o interior do país. O concelho de Borba, de todo o interior do país, é aquele que tem maior densidade populacional do Alentejo todo, por exemplo, a maior densidade populacional e, não é, não, nem poderia ser uma ilha no meio, da perca de população, de a mancha que começa em Montealegre, atravessa, hoje, as zonas, os concelhos mais pobres do país, como Rezende, Castelo de Paiva, etc., onde a principal actividade é a agricultura. Passando depois pela Beira - estou a falar, desculpe, se não se importa - Portalegre, Alentejo, até Alcoutim. Saíram ultimamente dois (02) documentos extremamente importantes. Um foi a tipificação das situações de exclusão social em Portugal, fazendo o estudo por concelhos. Borba fica fora de todos, de todas as sessenta e quatro (64) situações de exclusão social dos sessenta e quatro (64) concelhos e fica até numa mancha verde, quando os concelhos são vermelho e castanho. O relatório foi elaborado estudando uma bateria de quarenta e quatro (44) indicadores, que vai desde a natalidade ao rendimento, desde o IRS aos pensionistas por habitantes, etc. Há outro documento saído ultimamente que estuda os concelhos pela qualidade de vida e Borba aparece nesse documento com um indicador favorável, um desfavorável e outro sem tendência definida, mas também não nas piores situações. O que nós temos, no ponto de vista, da demografia, é um programa complicadíssimo no nosso país que é a dualidade entre a mancha de cinquenta quilómetros (50km), que vai do mar para o interior, entre Setúbal e Braga e o resto do país. Com todas as complicações decorrentes, de facto, de ausência, de população; ausência de massa crítica; ausência, no fundo, de questões que eu aqui tenho falado já nesta Assembleia, como por exemplo, o aumento da frequência do Ensino Superior pelos jovens de Borba que não corresponde, a manutenção de emprego regional, mas corresponde a saída, e a êxodo, populacional porque isso tem a ver com erros de desenvolvimento económico do país que têm longos anos, já o imérito professor (imperceptível) Nunes escreveu um livro sobre isso há muitos anos, já é, é já longa essa história. Logo, a questão demográfica em alguns países está a ser resolvida por pagamento em dinheiro. Por exemplo, Espanha paga hoje a técnicos para irem viver para zonas deprimidas, desde que se fixem por limites temporais de mais de dez (10) anos. França paga, numa política natalista, a partir do terceiro filho, o aumento de cem por cento (100%) de subsídio e ao quinto filho, quase que se vive só de subsídios. A Alemanha acaba de inverter a tendência para uma política natalista, de uma política anti-natalista. As políticas demográficas, e Portugal aí está, numa situação muito grave porque foi muito rápido e hoje, dos países da União Europeia, é um dos que tem a mais pequena taxa de natalidade. neste momento, estamos ao nível da Dinamarca, em taxa de natalidade, e foi uma alteração extremamente rápida nos últimos trinta (30) anos. Isto tudo tem a ver com quê? Com alguns problemas que me parecem essenciais, que tem a ver, com a fixação de população sem haver, criação de emprego e sem haver crescimento económico. E logo, a questão, passa mais por políticas de incentivo, ao crescimento económico e logo políticas de incentivos, quer fiscais, quer de subsídio de criação, de empresas e fixação de populações, do que por outras coisas. Tudo isto para dizer que, como é evidente, não li a Carta Educativa e por isso, não posso, não posso ter opinião sobre ela. Prometo que a lerei quando - tiver absolutamente tempo, embora tenha recebido pelo correio quarta-feira - prometo que a lerei com atenção, mas a questão demográfica é uma questão extremamente complicada e que em Portugal vai-se resolver, mais pela imigração do que pela natalidade da nossa população. Só para vos dar um dado, absolutamente espantoso, a Alemanha acaba de alterar a sua lei de imigração, permitindo, a imigração, por exemplo, de pessoas formadas em Informática autorizando a Índia a entregar quarenta e quatro mil (44.000) pessoas formadas em Informática imediatamente. Há questões hoje, da economia e da população, que são extremamente importantes. Não há choque tecnológico pela educação só. Há choque tecnológico pela incorporação de tecnologia, mas de mais valias da tecnologia porque, se for só pela educação, nem daqui a dez (10) anos chegamos ao choque tecnológico. Tenhamos consciência porque os problemas não são simples. E logo eu acabaria esta intervenção perguntando se é possível, de

facto, se é possível, se traz muito transtorno, o adiamento, desta Carta Educativa? Que me parece um documento importante e que valeria a pena ser melhor estudado pelos membros da Assembleia. Eu não os estudei, devo confessar.

O Membro Rui Bacalhau : Era só para nos congratularmos também com esta aula de demografia. O professor Carlos Cabral, de facto, é uma pessoa cujo conhecimentos são acima bastante da média. É bom ele trazer-nos estas experiências, pelo menos, está-nos a enriquecer o nosso conhecimento. Eu também tive conhecimento daqueles programas que ele apresentou, mas só que, não gostaria que passasse, que passasse em claro a situação da diminuição da população. Tivemos aqui um exemplo, temos um exemplo neste preciso momento no nosso Alentejo que é o exemplo de Vendas Novas onde se está a fazer um grande esforço no sentido de captar quadros, no sentido de aumento da população. Os censos de dois mil e um (2001) já reflectem isso e ultimamente as notícias que têm vindo a público acerca da implantação de novas indústrias também reflectem isso. Tivemos também o exemplo, temos também o exemplo - estou sempre a dizer isto e o professor Carlos Cabral já vai dar a sua resposta - mas que é a questão de Ponte Sôr. Tive oportunidade e todos nós já tivemos a oportunidade de verificar que em Ponte Sôr também houve aqui uma alteração na tendência populacional. Isto porquê? Foram políticas em que tentaram, com tentativas de captarem investimentos, de tentar captar indústrias e não aquela política do encher o olho à população como foi prática da nossa terra ao longo destes últimos, destes últimos trinta (30) anos. Portanto, foi uma política só de encher o olho, de arranjar a calçada e tudo isso e o resultados estão aqui. Os jovens tiveram que ir, tiveram que ir para Lisboa, para a capital de Distrito e assim sucessivamente e agora Borba está com estes resultados. Esta tendência para mim, quando olho para estes números, torna-se aflitiva porque daqui para a frente ainda vai ser, com certeza, ainda vai ser superior, portanto, o decréscimo vai ser mais grave do que aquilo que está aqui espelhado até dois mil e um (2001) e era só nisto, e a minha intervenção baseava-se fundamentalmente nisso. É que, esta Assembleia tem que se pronunciar e tem que discutir aqui políticas de sustentabilidade e políticas de desenvolvimento económico para inverter esta tendência. Eu não me vejo, independentemente do problema ser muito mais grave do que aquilo que eu estou aqui a abranger - porque o professor Carlos Cabral fez a sua explanação muito, muito clara - é um problema grave, é um problema do país, mas há concelhos onde se está a conseguir inverter isto. Ora, se há concelhos onde se está a conseguir inverter isto, porque não Borba? Borba que não pertence àqueles concelhos que estavam englobados pelo "Progridem". Eu sei, até porque estou numa instituição, reclamámos, perguntámos a tudo quanto era sítio e mais alguma coisa e disseram-nos que Borba tinha um poder económico, chama-se o per capita, superior àquilo que estava estipulado para entregar esse, esse programa. Ora, se nós não conseguimos estar aqui, é porque temos mármore, é porque temos vinha e é porque temos outras actividades. Mas, não sabemos o futuro e temos que preparar e temos que criar políticas de combater isto. Porque não ir copiar Vendas Novas? Porque não ir copiar a Ponte de Sôr? Eu acho que se deve copiar quando os exemplos são bons. Era isso que tinha a dizer. Ah, só em relação à taxa de natalidade que diminuiu substancialmente, eu cumpri o meu dever. Acho que a taxa de natalidade é um ponto sete (1.7), eu já vou em dois (0.2), por isso estou descansado.

O Membro António Anselmo : Eu penso que, quando os assuntos vêm à Assembleia - são assuntos que merecem uma resposta imediata de uma Assembleia, independentemente dessa Assembleia estar bem ou não mal informada. Com o suporte informático ou sem suporte informático, com os choques tecnológicos ou com os choques de papel, que ninguém lê, a maior parte das pessoas não lêem - aliás, como isto ninguém leu - são situações muito importante. Ou seja, o que é que esse CD, essa coisa muito engraçada, por acaso, eu nunca tinha mexido naquilo até achei engraçado, não é. O que é que diz? Faz um preâmbulo, depois apresenta uma quantidade de conversa fiada, apresenta uma conclusão como o Rui disse, que é conversa fiada e assim, a seguir apresenta uma série de portarias. Ou seja, eu, o que me parece a mim é que esse trabalho da acção educativa - como é que se chama isso pomposamente? - Carta Educativa foi feito - como disse o senhor Presidente da Câmara - por técnicos do concelho em termos de levantamento, mas em termos de intenção final ou de conclusão, é feita através da Direcção Regional de Educação do Alentejo. Ou seja, eu só queria perguntar uma coisa ao senhor Presidente: é fundamental este documento para que o Plano Director Municipal possa avançar? Eu li este documento. Se é fundamental, eu voto a favor. Agora, em relação a todas as outras, as outras aulas teóricas e muito interessantes, isso são coisas que a gente lê todos os dias. Toda a gente sabe como é que está o país, toda a gente sabe como é

que está a nossa terra, em relação ao crescimento, não crescimento, seja ele crescimento demográfico, seja ele crescimento anti-natalidade, seja ele saldo fisiológico, toda a gente sabe isso. Isso é uma situação fácil. E como disse o professor Carlos Cabral e muito bem, só lamentavelmente, porque nós Alentejanos, procriamos pouco, será compensado através da imigração, neste caso da imigração. Mas isso é um assunto daqui por mais uns anos. Agora, eu só queria perguntar ao senhor Presidente da Câmara Municipal de Borba se é fundamental votarmos nesta situação? Porque eu li o que está ali. Li um preâmbulo que é um levantamento de dados, li conversa fiada pelo meio, li uma conclusão que é conversa fiada também, mas depois tem uma série de portarias atrás. E eu pergunto: é fundamental isto ser aprovado nesta Assembleia? Se é fundamental, eu voto a favor, mas só queria que o senhor Presidente da Câmara me dissesse assim, me dissesse para mim, para mim e para esta Assembleia, mas para mim particularmente, tem que ser votado? É só isso.

O Presidente da Assembleia : Doutora Filipa, faz favor.

O Membro Filipa Almeida : Senhor Presidente, eu posso pedir que o senhor Presidente da Câmara responda primeiro - se ele quiser responder - a esta pergunta, antes de fazer intervenção?

O Presidente da Câmara Municipal : Senhora deputada - o senhor Presidente permite-me? - senhora deputada, eu só posso responder a esta pergunta depois de fazer uma intervenção sobre as intervenções que foram feitas, obviamente, não é? A gente já se conhece há muitos anos e já sabemos como é que as perguntas são feitas, não é?

O Membro Filipa Almeida : Não. Como tinha sido feita uma pergunta directa por um eleito do PS, não fui eu que a fiz. Se o senhor Presidente quisesse responder, tudo bem. Não quer responder agora, tudo bem. Eu também ouvi com muito interesse e oiço sempre - às vezes não concordo, mas isso é outra coisa - mas a intervenção do professor Carlos Cabral realmente é uma intervenção que põe o dedo na ferida porque nós não conseguimos resolver os problemas de decréscimo populacional dando mais aqui do que se dá ali ao lado para que a população venha para Borba e não vá para Vila Viçosa ou vice-versa. Isso não resolve os problemas da região, não resolve os problemas do país, não resolve os problemas de nenhum concelho porque não conseguimos ser nenhuma ilha isolada, quer seja para o bem, quer seja para o mal. E ainda bem, acho que ainda bem que não conseguimos ser ilhas isoladas. Há muitas tentativas de travar a desertificação humana. De vez em quando, oiço notícias de outras Câmaras, até de outras forças políticas que nem são a CDU nem o PS, até no Norte do país. Acho que já são tentativas desesperadas. Outro dia ouvi uma, eu não sei se era Montealegre, não me lembro exactamente qual é que era a Câmara, mas acho que não era Montealegre, mas era uma daquelas Câmaras do interior, em que a Câmara resolveu dar dois mil e quinhentos euros (€2.500) a cada casal por cada filho que tivesse e a partir do terceiro (3.º) filho, a partir do terceiro filho davam sete mil e quinhentos (7.500) por cada um. Isto não era uma grande despesa para a Câmara porque infelizmente, as pessoas têm tão poucos ou não têm nenhum, ou têm um (01) ou dois (02) que, e são tão poucos os casais e naquele concelho eram tão poucos e eu ouvi o Presidente da Câmara a explicar que realmente era uma ajudinha, era uma tentativa. Não, não sei. Olha Diogo, não sei. Não sei como é que era pago, não sei como é que era pago, mas não é uma experiência, não era a primeira, não é o primeiro concelho que faz isto. Outros, outras Câmaras oferecem terrenos aos casais jovens ou vendem a preços muito, muito beneficiados. Enfim, há, pode haver políticas de apoio, pode haver políticas de promoção, mas isso faz-me pensar um bocado nestes dados de decréscimo de eleitores em que nós víamos que decresceram numas Freguesias, mas depois não decresceram noutras. mudar de São Bartolomeu para a Matriz faz com que o Presidente da Junta de Freguesia Matriz fique mais feliz, o de São Bartolomeu mais insatisfeito, mas o Concelho de Borba, no conjunto, fica na mesma, o que é mau. E lá por alguns conseguirem cumprir o seu dever, o Rui ainda não consegue fazer subir a população, só consegue fazê-la manter no estado em que está. Mas isso não é, não é culpa do Rui, assim como não é culpa minha não ter nenhum, não ter feito nenhum. Se calhar - como diz o professor Carlos Cabral - só conseguimos lá ir pela imigração e por políticas nacionais porque, em termos, em termos de capacidade de repor - o Presidente da Câmara saberá melhor esta linguagem da que eu - em termos de capacidade de repor as perdas daqueles que vão morrendo, estamos muito mal. E nas próximas décadas não vamos ficar melhor, pelo menos não é isso que se espera; a não ser que aconteça para aí alguma coisa tão imprevista,

tão imprevista que nenhum de nós consegue imaginar o que é que vai fazer aumentar a população. : Eu não desanimo. Mas, pronto, nestas coisas, uns sabem fazer umas coisas, outros sabem fazer outras. Olha, isso, isso não consegui e também já não vai, já não é agora que vou conseguir dar o meu contributo. Mas tentei, tentei bastante. Mas em relação, em relação à Carta Educativa e falando também nas novas tecnologias, eu não vou para o choque tecnológico porque não cheguei a perceber bem o que é que é o choque tecnológico. Não li o programa. Mas falando nas novas tecnologias e no CD que temos à frente e sem, sem querer, não é brincar porque estou a falar muito a sério; acho que se recebemos, recebemos um CD e ainda bem; eu prefiro receber um CD do que receber cento e quarenta e tal páginas em papel. Mas se calhar, também não era difícil, não era impossível certamente para a Câmara fazer a apresentação da Carta Educativa também em suporte informático e de forma a que, ao fim deste tempo que estamos aqui a discutir o assunto, se calhar já sabíamos mais sobre a Carta Educativa. Eu penso que poderia ter sido - não foi, a Câmara não optou por aí - mas poderia ter sido apresentada porque é um documento importante, tem gráficos interessantes, explicados são mais interessantes ainda. Se calhar davam origem a perguntas de membros da Assembleia que não tiveram a oportunidade sequer de abrir o CD, porque não têm onde, onde o abrir e ficávamos todos, teríamos ficado todos mais esclarecidos. Portanto, eu não faço a pergunta se é urgente ou não porque o Presidente disse que depois responderia, mas faço a proposta, é que esse trabalho possa ainda ser feito e que este assunto possa ser votado noutra Assembleia - eu já disse - que pode ser ordinária, extraordinária, como, como entenderem de acordo com a urgência. Naturalmente o PS, com a maioria que tem aqui, não precisa dos votos da CDU para aprovar, não precisa que a Carta Educativa seja aprovada por unanimidade, mas o nosso voto será um, seria certamente um voto muito mais consciente depois de conhecermos muito bem este documento. Naturalmente, não precisam disso, mas em termos de convivência democrática e de esclarecimento da Assembleia Municipal, eu acho que é, eu acho que era possível fazer uma apresentação também utilizando as tecnologias que estiveram até na base da, da feitura deste CD.

O Presidente da Assembleia Municipal : Daquilo que ouvi aqui, foi referido que o documento foi feito por administração directa. Eu entendo que há qualquer confusão porque pareceu-me a mim no Conselho de Educação de que o documento foi feito pelos empregados da Câmara. Portanto, o conceito de administração directa não é bem essa administração directa é a Câmara a administrar ou gerir programas feitos por outras pessoas fora dos serviços. Isto é que é a administração directa. Portanto, isto não foi feito por administração directa, foi mesmo feito pelos empregados da Câmara, pelos funcionários da Câmara. Sobre o que é que deve ser feito primeiro, o PDM ou a Carta Educativa, eu parece-me que isto é um bocado como a história do ovo ou da galinha, não é? A história do ovo ou da galinha. De qualquer maneira, parece-me a mim que se procuram estratégias e, portanto, sendo o PDM um Plano, vem a seguir às estratégias. Parece-me assim um bocado mais lógico. Por outro lado, quem teve esta ideia, não sei quem teria sido a pessoa que teve a ideia de fazer cartas educativas, mas, não percebo ainda hoje o que é uma Carta Educativa. Eu acho que lançaram um bocado esta ideia e agora cada um que faça a Carta Educativa. Há um decreto-lei, não é? Há um Decreto-lei, mas depois, vão trezentos e quarenta e tal grupos de pessoas fazer cartas educativas. Isto é um desperdício enorme para o país. Deveria haver uma portaria que explicasse melhor ou deveria de haver um estudo a nível governamental que fosse distribuído como exemplo e depois as pessoas faziam. Eu só queria dar o meu louvor aos funcionários da Câmara Municipal de Borba que conseguiram fazer uma Carta Educativa quando eu pensava que não eram capazes, que não tinham possibilidade nenhuma de a fazer. É isto, se calhar a Carta Educativa é isto, mas se calhar a de Mora que está feita, é outra coisa diferente e a de Estremoz que está aqui ao pé, será um bocadinho parecida ou diferente também e aqueles que não fizeram nenhuma são os mais felizes. Esses é que estão bem, não fizeram nada, não se preocuparam se era antes do PDM, se era depois do PDM, se era estratégia, se não era. Esses é que são porreiros, são os verdadeiros Autarcas. Sobre as demografias e o problema do concelho de Borba: Eu já tenho manifestado a minha posição várias vezes que nunca pretenderia ver Borba invadida de pessoas estranhas, virem para aqui uma quantidade de pessoas à procura de trabalho, não é? Só tenho é pena das pessoas que cá estão e têm que se ir embora à procura de pão. Isso é que é uma pena. Agora, eu vivo muito bem com a população que tínhamos, os tais dez mil. Agora virem para aqui uma quantidade de pessoas a morar, eu não concordo. Vamos repor os dez mil e arranjar emprego para todos. Isso é que é inteligente. Agora há aqui um outro problema no meio disto tudo. É que, e eu agora acrescentava - não é que me ofenda nada - mas na moção da CDU fala-se em

trabalhadores e em povo, eu acho que não é a linguagem actualizada até porque, ainda por cima, tem uma falha, que são os operários. Acho que em Borba, pela observação que faço, há um povo; depois há aqui vários trabalhadores, operários é que não há. E, então, uma fábrica abriu aqui, o homem veio, prometeram-lhe operários e agora não têm. E o homem precisava de operários e não há. E andou aqui pelos concelhos todos e não há. E, portanto, estes problemas são, de facto, problemas complexos, talvez nem a nível nacional se resolva porque o homem parece que já foi para o Seixal e para o Barreiro e também não há operários. De maneira que, talvez estejam em extinção e daí se calhar na moção da CDU já não vir a referência a operários. Mas é chato porque isto, sem operários, não se resolve. Não há comidinha para todos sem operários. Havia ainda uma outra coisa que eu queria referir, era em relação aos votantes e à população. A questão de se ter reduzido o número de votantes não quer dizer que se tenha reduzido a população porque há muitas pessoas que estão a morar em Borba que não estão recenseadas em Borba, principalmente os imigrantes. Portanto, a população até pode ter aumentado. Há por aí uma profissão que no outro dia foi contada, dava cinquenta e três (53) e nenhum recenseado. Mas, mas há outras profissões, há outras situações, não é? Agora, efectivamente a tendência é diminuir no interior e aumentar na periferia, no Litoral. Portanto, se a tendência é essa, de facto, há um problema a nível nacional. Agora, se arranjam por aí sessenta (60) operários, há aqui uma empresa, para já, precisa de sessenta, não é? Queria deixar só um louvor aos funcionários que trabalharam e elaboraram este documento - a carta educativa. Eu, por exemplo, não era capaz de a fazer.

O Presidente da Câmara Municipal : Bom, então vamos lá ver se eu consigo responder a tanta questão que foi levantada. Bom, é óbvio que este documento vai fazer parte integrante do PDM. Naturalmente que nós, porque - isto vem a propósito também do PDM e perdoem-me, perdoem-me eu ter, eu ter falado nisto - houve, houve pessoas aqui dentro desta casa, várias vezes o referiram, nunca acreditaram que o PDM chegasse ao fim com a rapidez com que está a chegar e, portanto, nós fizemos questão que a Carta Educativa acompanhasse o PDM. Aliás, faz parte integrante dele e os técnicos, e houve reuniões entre os técnicos que trabalharam na Câmara com os técnicos da equipa do PDM, portanto, houve articulação. Depois, se realmente - e a Lei ninguém, ninguém a pode desconhecer - se realmente o suporte informático foi tardiamente e poderia ter ido mais cedo, efectivamente poderia ter ido mais cedo. Se calhar, às vezes nós temos muito, muito, muito trabalho e há coisas que nos passam porque estas coisas em Dezembro estavam prontas. Portanto, se estamos em Fevereiro, tinha havido dois (02) meses efectivamente, para que aquilo tivesse chegado às vossas mãos. Relativamente ao facto de não ir em suporte digital e ir em papel, ou em papel; ir em suporte digital e não ir em papel, eu já disse aqui, já é a segunda vez que digo isto aqui, salvo erro, foi na última Assembleia, sou defensor da aprendizagem ao longo da vida e o Espaço Internet está à disposição das pessoas mais velhas que não tiveram oportunidade de beneficiar desse, desse choque tecnológico a que todos agora estamos, vamos estar sujeitos; há cursos gratuitos no Espaço Internet onde pessoas e, aliás, há pessoas mais velhas que estão lá neste momento a frequentar cursos. Portanto, era importante que, na parte dos eleitos da CDU, houvesse uma reciclagem também no sentido de que, embora mais velhos, mas pudessem frequentar aqueles cursos porque era bom para todos e se calhar poupávamos muito dinheiro em papel. E também alguns do PS, só que, isto é uma resposta àquilo que, que a senhora deputada Filipa disse. Relativamente à Lei, dizia eu, a Lei não se pode desconhecer e a Lei, este Decreto-lei é de quinze de Janeiro de dois mil e três (15/JAN/2003). Portanto, tem um (01) ano este Decreto-lei sobre as Cartas Educativas. Não vou ler porque seria fastidioso, mas de qualquer maneira, tem dois anos, exactamente. De qualquer maneira, de qualquer maneira, sugeria que realmente dessem uma leitura e facilmente concluíssem que este documento é sobretudo um documento técnico. Nós aqui analisamo-lo muitas vezes tecnicamente quando nalgumas situações nem sequer temos capacidade técnica para o avaliar. Eu quero dizer, e contra mim falo, várias vezes nesta Assembleia eu me pronunciei sobre documentos, politicamente sobre documentos técnicos e que às vezes nem sempre é feita a melhor avaliação deles. E isto para dizer o quê? Que às vezes é importante que as pessoas não, que não vá o pé além do sapato e não estejamos nós a discutir documentos técnicos quando nós não temos sequer, quando nós os devemos discutir politicamente. E após a elaboração deste documento, quero-lhes dizer que em Dezembro, em Dezembro de dois mil e quatro (DEZ/2004), recebi uma carta da Direcção Regional, um ofício da Direcção Regional de Educação que dizia assim, não vou ler a introdução, mas dizia assim: "Tendo em vista remeter promulgação final de sua Excelência a Ministra da Educação" - agora já não há-de ser Ministra com certeza, digo eu, não sei se será ou não - "todo o processo referente à Carta

Educativa, solicito o envio a esta Direcção Regional, um exemplar da versão final da Carta Educativa; certidão de aprovação por parte da Assembleia Municipal de Borba, bem como informação detalhada sobre a situação do PDM do concelho". Portanto, neste momento o que falta é efectivamente, a aprovação da Carta, portanto, da Assembleia Municipal. Depois, depois, no último, e já agora só para verem como, de facto, este documento foi discutido por quem tem capacidades e por quem está por dentro dos assuntos e não estou a passar nenhum certificado de estupidez às pessoas, quero que fique claro; mas, de qualquer maneira, quero-vos dizer que este documento circulou por todas as pessoas que têm interesses na educação no conselho de Borba e diz aqui assim num projecto de acta que, à partida, vai ser aprovado, portanto, não houve alteração. Diz assim, e passo a citar: "O Doutor João Carlos Lopes disse que na escola foi distribuída uma cópia por todos os coordenadores de departamento e pelo coordenador do Primeiro Ciclo, tendo sido dito para que fizessem uma análise ao documento, referiu que obteve respostas de algumas pessoas que se mostraram agradadas com a Carta Educativa, nas qual ele se incluía. A educadora Maria da Conceição Paixão disse que aquilo que analisaram no documento também os deixou satisfeitos com o mesmo. A Doutora Maria Fernanda Silva, Direcção Regional, referiu que apenas existem ainda Cartas Educativas em Mora, Borba e Estremoz. Foi assim dado parecer favorável à Carta Educativa pelo Conselho Municipal de Educação". Ou seja, os técnicos que trabalharam, trabalharam em conjunto com a Direcção Regional, trabalharam articuladamente com a empresa que está a fazer o PDM. Este documento foi submetido às pessoas que, à partida, têm interesse na educação do concelho e, portanto, eu penso que estamos em condições de aprovar. De qualquer forma, e eu aí não faço ideia se tem que ser ou não, antes ou depois do PDM. A única coisa que eu vos quero dizer é que, espero que este, cá por mim, se a Assembleia entender passar para Abril, penso que não faz, que é capaz de não fazer diferença, sob pena de, e às vezes politicamente as coisas se quererem adiar propositadamente. Aliás, esta observação que foi feita aqui vai ser feita seguramente a seguir, em relação a outro documento e estamos cá, eu não faço futurologia, mas adivinho que esta posição, por parte dos eleitos da CDU, vai ser exactamente a mesma no concelho, no documento que vem a seguir. Portanto, isto para vos dizer que estas Cartas Educativas não têm a mesma durabilidade, se quiserem, do que os PDM's. Portanto, estas Cartas vão ser revistas à partida, de cinco (05) em cinco (05) anos. Estou convencido que, nestas primeiras cartas, agora que sejam submetidas ao senhor Ministro da Educação, se a política mudar, obviamente que, provavelmente as coisas também serão, posteriormente será dada com certeza, alguma possibilidade de fazer alguma remodelação. De qualquer maneira, quero-vos dizer que, este documento é sobretudo um documento técnico. É sobretudo um documento técnico que tem que ver com as escolas, com o número de alunos, com as necessidades que há. Aliás, quero-vos dizer o seguinte, se quiserem a minha posição e eu fui professor durante muitos anos e continuo a ser, eu acho que isto é mais uma vez, foi mais uma vez e continua a ser mais uma vez, dar uma fachada democrática a um assunto que quem decide é o Governo. Isto é a minha posição sincera sobre o assunto. Portanto, escusamos de andar aqui com grandes discussões acerca disto e, aliás, eu comecei por dizer isso logo no princípio. Este documento é um documento em que nós nos entretemos aqui a trabalhar, em que os técnicos trabalharam também, mas depois, quando se tratar de encerrar escolas - quando a deputada Filipa dizia isso há bocado - é obvio que, se não houver alunos, as escolas têm que encerrar. Uma coisa é certa, é que nós não permitimos e conseguimos que todas as escolas do Concelho, incluindo o Barro Branco que já tem um número de alunos inferiores, fosse incluído nas escolas a remodelar e isto teve que ver com este estudo que está aqui. Portanto, eu penso que, se a Assembleia assim o entender, que o faça, mas eu acho que isto não vai acrescentar nada a isto que está aqui e não sei até que ponto é que vai ou não travar o processo do PDM porque, neste momento, este documento que aqui está já está na posse da equipa e a equipa está de acordo, está a incluir no PDM todo, tudo o que aqui está e, portanto, pode, pode trazer alguns inconvenientes, mas isso, futurologia não sei. Muito obrigado.

O Presidente da Assembleia Municipal : Mais alguém se quer pronunciar sobre este assunto? Mais ninguém. Portanto, vamos passar à votação da proposta apresentada pela Câmara para a aprovação da Carta Educativa. Quem vota a favor da aprovação, faz favor de levantar o braço. Faz favor de baixar. Quem vota contra, faz favor de levantar o braço. Cinco (05) votos contra. Quem se abastem, faz favor de levantar o braço. Uma (01) abstenção. Portanto, está aprovado por doze (12) votos a favor, cinco (05) votos contra e uma (01) abstenção.

O Membro Filipa Almeida : É para ler uma declaração de voto, senhor Presidente.

O Presidente da Assembleia Municipal : Faz favor.

O Membro Filipa Almeida : "Os eleitos abaixo-assinados votaram contra a Carta Educativa pelas seguintes razões: o documento foi entregue em CD dois (02) dias antes da Assembleia Municipal o que não permitiu um conhecimento adequado do mesmo, apesar de estar feito há dois (02) meses. Estando o PDM em processo de revisão, consideramos que a Carta Educativa deve ser integrada, em simultâneo, na revisão do PDM. A Direcção Regional de Educação que acompanhou a definição dos princípios deste documento, seguia uma política educativa de Direita que pensamos que deve e pode ser alterada após as eleições do último dia vinte (20). Consideramos que a Carta Educativa deve ser amplamente e atempadamente explicada para permitir uma votação consciente. Após esta, a discussão havida nesta Assembleia, não foram apresentados pela Câmara dados ou propostas concretas contidos na Carta Educativa". (anexo 6).

PONTO TRÊS PONTO TRÊS: Alteração à Tabela de Taxas, Licenças e Tarifas .

O Presidente da Assembleia Municipal : Vamos passar ao ponto três, três (3.3) - "Alteração à Tabela de Taxas, Licenças e Tarifas". Passava a palavra ao senhor Presidente da Câmara.

O Presidente da Câmara Municipal : Bom, relativamente a este assunto, esta proposta de Alteração à Tabela de Taxas e Tarifas vem na sequência de umas alterações que tinham sido propostas à tabela em Dezembro, mas que, como o documento é muito extenso, houve alguns, alguns lapsos e, portanto, foi isso que aconteceu, nomeadamente em relação àquela situação da inumação em covais. Portanto, os produtos que são colocados para decomposição dos cadáveres aumentaram bastante e, portanto, a Câmara estava a sofrer uns elevados custos nesta área. E daí que, aliás isto já tinha sido proposto, como vos digo, portanto, em Dezembro, mas depois, por lapso do funcionário, provavelmente - digo eu - não havia possibilidades, não houve possibilidade ou, pelo menos, não nos apareceram o documento e nós não nos apercebemos porque, como o documento é extenso, nós não conseguimos ver todos os dados. Depois, as outras alterações são questões de eliminação de alíneas que não têm nada de substancial. E depois tem que ver com o lançamento de um custo para o lançamento de um livro sobre património, Borba - Património da Vila Branca, que não constava na tabela de taxas e para a realização de fogueiras e queimadas que também tinha sido proposto e, portanto, propõe-se o aumento para cinco euros, porque realmente, é extremamente trabalhoso todo o desenrolar do processo e, portanto, não tinha sido incluído também na tabela de taxas. A outra alteração que é pedida tem que ver apenas com o artigo noventa e cinco (art.º95) em que, portanto, há uma alteração nos valores das taxas dizia; portanto, o que estava, o que constava nas tabelas de taxas dizia que "Os valores das taxas a que se refere o artigo noventa e cinco podem ser liquidadas em doze (12) prestações mensais acrescidas de dez (10) por mil (1.000)", passará a ter a redacção de que "Os valores das taxas a que se refere o artigo noventa e três (art.º93)". Portanto, a troca era apenas no artigo: estava noventa e cinco (95) quando devia estar noventa e três (93). Portanto, são apenas estas alterações que realmente têm que ver com custos que a Câmara estava a ser sobrecarregada há já alguns anos e que; aliás, isto já era para ter sido alterado em dois mil e dois (2002), não foi e, portanto, foi agora. Era para ter sido alterado em dois mil e três (2003), aliás. Era para ter sido alterado em Dezembro de dois mil e quatro (DEZ/2004) e, portanto, só nos apercebemos agora e, portanto, trazemos aqui esta alteração. Muito obrigado, senhor Presidente.

O Presidente da Assembleia Municipal : Portanto, alguém se quer inscrever sobre esta questão? Para falar sobre esta questão? Portanto, como não há inscritos, íamos passar à votação. Quem vota a favor, faz favor de levantar o braço. Faz favor de baixar. Quem vota contra, faz favor de levantar o braço. Quem se abstém? Portanto, está aprovado por maioria, com 12 votos a favor e cinco (05) abstenções.

PONTO TRÊS PONTO QUATRO: Proposta de Revisão do Plano Pormenor da Zona Industrial do Alto dos Bacos.

O Presidente da Assembleia Municipal : O ponto três, quatro (3.4) da Ordem do Dia - "Proposta de

Revisão do Plano de Pormenor da Zona Industrial do Alto dos Bacelos". Eu passava a palavra ao senhor Presidente da Câmara.

O Presidente da Câmara Municipal : Muito obrigado, Senhor Presidente. Bom, relativamente a este ponto, obviamente que eu vou fazer uma intervenção política porque, em termos técnicos, e quero agradecer desde já a presença da senhora arquitecta que tem sido pelo menos uma pessoa até agora incansável no acompanhamento a estes instrumentos que têm estado a ser elaborados. E, em termos políticos, o que é que eu posso dizer disto? Posso dizer é que, mais uma vez contrariando as expectativas de alguns, quando, quando em dois mil e dois (2002), foi aprovada a Revisão do Plano de Pormenor do Alto dos Bacelos houve críticas que foram feitas, foi dito que nunca mais isto estava pronto. Afinal, cá estamos, está pronto e esperemos começar a elaborar rapidamente o regulamento de vendas de lotes para depois poderemos trazer isso provavelmente à Assembleia de Abril e começar a vender lotes porque empresas, temos aí contactos de várias. Esperemos é que haja operários, como diz o senhor Presidente, para depois trabalhar. Mas, efectivamente, o trabalho foi elaborado. Penso que tivemos sorte, como foi dito logo na altura, mas tivemos sorte com a equipa que escolhemos; pela articulação que têm estabelecido entre a equipa e a Câmara e entre a equipa e a Comissão de Coordenação. Portanto, temos tido, penso que em ambos, várias etapas e é isso que nós queremos. Às vezes o que acontece é que estes processos tornam-se morosos pelas burocracias que por vezes ocorrem. Portanto, tem havido articulação, uma boa articulação, é bom que se diga, até alguma facilidade por parte da Comissão de Coordenação Regional, no sentido de permitir que os processos avancem rapidamente. Graças também, de facto, à nossa pressão porque, como sabem, os fundos comunitários, aliás, o quadro comunitário está a chegar ao fim; a AIZM tem o dinheiro, temos oportunidade de fazer a candidatura e tem havido, da nossa parte, um grande esforço e uma grande pressão junto de quem tem que tomar decisões e não esqueçamos que a Comissão de Coordenação toma decisões para os concelhos todos do Alentejo, mas temos exercido grande pressão no sentido de que sejam dadas respostas rápidas a estes instrumentos de planeamento que estamos a trabalhar. E, pronto, para já, dizer-vos que os documentos estão à disposição, não sei se alguém os consultou, se não. Mas aqui, se a Carta Educativa era complicada, aqui ainda mais complicado se tornava. Mas existem, portanto, a filosofia é aquela que nós dissemos no princípio. Aliás, mudou-se um pouco a filosofia. Inicialmente o lote médio era de dez mil metros (10.000m) com possibilidades depois de se dividir. Senhora arquitecta, se eu tiver a dizer mal, faz favor de me corrigir. Depois, mais tarde, optou-se então por fazer logo essa divisão de forma a que se possam agrupar. Portanto, há lotes de dez mil metros, de cinco mil metros (5.000m), de dois mil e quinhentos (2.500), conforme as necessidades das empresas. Há um regulamento, portanto, que foi elaborado e que vos foi distribuído e penso que estamos em condições de poder responder àquilo que o senhor deputado Carlos Cabral dizia há bocado que era - e o Rui Bacalhau, suponho eu, também - que era tentar encontrar aqui, atrair para aqui empresas que tragam também população, que atraem população e que permita que realmente ela se venha a rejuvenescer. Oxalá isso aconteça e penso que é importante, mais do que este regulamento, daquilo que vem hoje à Assembleia Municipal, penso que o mais importante é nós encontrarmos futuramente, no regulamento de venda de lotes, uma política de atracção, criando, portanto, incentivos para as empresas que se venham aqui a instalar, por um lado, e por outro lado, fazer uma boa divulgação deste parque, deste parque industrial que, em termos estratégicos, é, de facto, um parque que pode vir a ser um grande pólo de desenvolvimento económico do concelho e da região dos Mármore. Pela sua localização, pelas acessibilidades que tem, pela possibilidade de vir a ter, juntamente a área de deposição comum de Mármore que também se está a trabalhar nesse sentido, a ADC, a ADC3 e que, portanto, pode permitir que muitas destas empresas que se venham a instalar ali, possam beneficiar da proximidade de matéria-prima que, como sabem, é cara e que podem ir ali ao lado buscar, à área de deposição comum, matéria-prima para depois trabalharem naquele espaço. Temos empresas que nos têm contactado, empresas ligadas à transformação do mármore, portanto, ao aproveitamento dos desperdícios, entendendo-se não tanto como desperdício, mas mais como subproduto. Aliás, é a filosofia do próprio estudo da UNOR e do próprio PROZOM. E, portanto, dizia eu que essas empresas são empresas que pretendem partir o mármore e depois fazer placas, plaquetas, portanto, mosaicos desse mármore que é partido. Três (03) empresas já nos contactaram, há algumas empresas ligadas ao cimento-cola também, há empresas ligadas aos moldes, há empresas; portanto, há uma série de empresas que nos têm contactado já, independentemente de nós termos feito qualquer publicidade. Claro que, quando eu dizia há bocado que é

importante pensarmos no regulamento apertado de venda de lotes, mas - por um lado, apertado e, por outro lado, que cria incentivos - é porque temos de ter cuidado com os especuladores e com as pessoas que eventualmente se possam vir aqui a instalar e que não venham para criar postos de trabalho, mas que venham hipoteticamente a beneficiar daquilo que nós entendemos, para já, que é criar incentivos, nomeadamente em termos de preço do lote, no sentido de atrair para aqui empresas que tragam postos de trabalho para esta região, que bem precisa. E, para já, disse.

O Membro Luís Nascimento: Isto é mais de ordem técnica do que política, mas também de ordem política e começava por perguntar porque é que esta proposta de Revisão de Plano não apresenta um Plano de financiamento conforme está estabelecido por Lei. Outra questão que eu queria colocar é porque é que o artigo vinte e oito (art.º28) do regulamento diz que não há necessidade de aplicar o princípio da perequação porque os terrenos são municipais o que, pelo que eu sei, isso não é verdade. Também queria perguntar se está previsto - e pelo que eu vi na carta, na carta do Plano de Pormenor - como é que está previsto ser feito o tratamento dos influentes industriais desta área industrial, desta zona industrial. Depois, gostaria de ter melhores explicações - porque a leitura que se faz do regulamento, para mim, pelo menos, não foi claro - o artigo dezassete (art.º17) do regulamento fala na criação de fracções imobiliárias. O que é que isso é em concreto? Que eu não percebi muito bem. Quem é que promove? Quem é que promove essas fracções imobiliárias? Em que moldes é que isso pode ser feito? Sobre a associação de lotes, o senhor Presidente há pouco já me deixou um pouco mais elucidado em relação àquilo que se pretende com esta questão que vem do artigo décimo oitavo (art.º18.º) que é sobre a associação de lotes. E, para já, eram estas questões que eu queria colocar.

O Presidente da Câmara Municipal : Depois, se for necessário, a senhora arquitecta pode-me corrigir, mas de qualquer maneira, pelo menos em relação à questão do Plano de Financiamento, quero dizer que realmente, esse Plano não apareceu. Não apareceu, mas neste momento, já existe. Neste momento já chegou, já chegou e também é aquilo que, no fundo, é menos importante neste momento, até porque isso é uma situação parecida àquela que nós tínhamos relativamente à Carta Educativa. Ou seja, não há dúvida que o financiamento que existe hoje não quer dizer que seja o financiamento que existe amanhã. Pronto, existe um Plano de Financiamento, existe um Plano de Financiamento que chegou e que até podemos distribuir se o entenderem. Chegou aí, aliás, chegou logo a seguir à reunião de Câmara que tivemos e, portanto, penso que isso é; neste momento, é pouco importante para a importância que tem este Plano que, no fundo, tem que ver com questões relacionadas mais com o ordenamento do espaço do que propriamente com a forma como ele, depois, vai ser subsidiado. De qualquer maneira, a Lei, de facto, aponta nesse sentido, mas de qualquer maneira, nesta fase, considerando que os estudos de - como é que hei-de dizer? - de execução das infra-estruturas não estão, não estão concluídos. Portanto, aquilo que é apresentado, no fundo, acabam por ser estimativas relativamente aos custos de financiamento, e aos custos de elaboração e relativamente a questões relacionadas com o financiamento. Relativamente à questão da perequação, do tratamento de influentes, e das fracções imobiliárias, eu penso que em relação à associação de lotes estava o assunto resolvido. Em relação à perequação, ao tratamento de influentes e às fracções imobiliárias, deixava para a senhora arquitecta se não se importa, está bem? Se faz favor. Muito Obrigado.

A Arquitecta Ana Isabel : Bom, vou começar pela proposta de financiamento e pelo programa de execução. A proposta, portanto, este documento que está aqui é o Programa de Execução e o Plano de Financiamento. De facto, isto faz parte da proposta de Plano e deve integrar esta caixinha que aqui está, que são todos os documentos que serão aprovados ou não e que depois devem seguir para a CCDR e para a DGOTDU para o Plano se tornar depois eficaz. Ele está aqui e o que eu queria dizer sobre isto é que, de facto, a programação contém a programação temporal, portanto, os vários trabalhos que se irão executar. Tem também os custos estimados, mas é apenas - como o senhor Presidente estava a dizer - é apenas uma estimativa de custos, portanto, ainda é muito, é muito superficial. Portanto, depois com os projectos das infra-estruturas é que ficaremos a saber quanto é que pode custar cada, cada trabalho. Mas foi um lapso; por acaso, podia ter sido evitado e não foi, chegou hoje de manhã. De qualquer forma, está à disposição de quem quiser consultar. Relativamente ao artigo vigésimo oitavo (art.º28.º) do regulamento que é sobre a perequação, esta questão foi muito, foi muito falada na CCDR em conjunto com as arquitectas que

acompanharam o Plano. Chegou-se à conclusão que não valia a pena, a perequação, neste caso, não valia a pena porque a Câmara era detentora da maioria dos terrenos. Contudo, a posição dos particulares ficava salvaguardada por um sistema de cooperação que se pode depois pôr em prática através de um contrato de urbanização celebrado entre os particulares e a Câmara. Pronto. Eu penso que isto ficou resolvido e responde àquilo que o senhor doutor me estava a perguntar. Depois, relativamente ao tratamento dos influentes, as primeiras propostas, e eu tenho aqui uma planta de trabalho que tem - se quiser depois ver, eu mostro-lha - que tinha uma ETAR dentro da área de intervenção do Plano. Acontece que a localização não era a mais adequada e também por conselho das técnicas da CCDR, retirou-se a ETAR. A localização mais adequada é fora da área do Plano, mas não está localizada no Plano Director Municipal que está em eficácia. Como estávamos já a trabalhar na revisão do PDM, localizámos, já está localizada na proposta de revisão do Plano Director Municipal. Portanto, essa questão também está salvaguardada. Não sei se têm mais alguma questão a colocar.

O Presidente da Câmara Municipal : Uma situação - muito obrigado - relativamente à questão ainda da perequação, só acrescentar que foram feitos contactos pela Câmara Municipal com todos os proprietários que, neste momento, ainda possuem terrenos e que temos, da maior parte deles, aval no sentido até de avançar. Se quisermos arrancar já, podemos arrancar que pois, estão na disposição de cooperar com a Câmara no sentido de implementar o mais rapidamente possível o Parque Industrial. E em relação à questão dos influentes, obviamente que a arquitecta já disse, esqueceu-se apenas de dizer que está previsto no novo PDM uma zona industrial em direcção a Vila Viçosa da mesma dimensão desta. Portanto, queremos de facto, ter aqui um grande Parque Industrial até porque as acessibilidades assim o permitem.

O Membro Mário de Deus : Muito obrigado. Então, sou eu o primeiro, de facto. Pronto, eu penso que esta Assembleia hoje pela forma como decorreu, trouxe para cima da mesa um contexto ideal para esta discussão. As questões do, da sustentabilidade do desenvolvimento são decisivas. O contributo ou não das políticas de imigração, da naturalização dos imigrantes, enfim, todas estas questões penso que são um bom contexto para se poder falar com algum rigor e com alguma profundidade destas questões. Destas questões que têm na origem a sustentabilidade do desenvolvimento. Penso que está a ser muito bem aproveitado. Penso que se calhar, pela primeira vez, não digo que - não direi pela primeira vez - mas é uma das poucas vezes em que no nosso concelho se aproveitou os instrumentos de planeamento, não para complicar, mas para facilitar e para facilitar no sentido de dar sustentabilidade ao desenvolvimento. A revisão do PDM, este reordenamento do Parque Industrial são, de facto, instrumentos decisivos para que se inicie aqui uma modificação no sentido de sustentar o nosso desenvolvimento. Naturalmente que ele está muito bem, está muito bem posicionado à volta da ADC3 que fica excelentemente colocado, suscita apetências; já estamos a ver o Presidente da Câmara já o referiu, há várias empresas que se querem aqui instalar. Portanto, abre aqui uma janela de oportunidades decisiva para o nosso concelho. Está a ser bem aproveitada, está a ser muito bem aproveitada. É preciso é que toda a gente tenha bom senso e que não venham, e que não venhamos a pôr aqui falsas dificuldades, falsos argumentos técnicos para baralhar um processo. Um processo que é decisivo para nós e eu só pedi a palavra para intervir no sentido de ver agora, de sublinhar que o passo a seguir também é decisivo. Que os instrumentos técnicos avancem e que decorram e que sejam corrigidos e melhorados, toda a gente obviamente estará de acordo. Agora, é preciso aproveitar esta janela de ocasiões um pouco como não o fizemos, senhor Presidente da Câmara - e fica aqui uma referência - como não o fizemos para outra iniciativa que foi decisiva e que foi fundamental que foi a história dos caminhos rurais e que não fomos capazes de fazer. Os caminhos rurais estão feitos, não fomos capazes de dar o passo a seguir no sentido de os rentabilizar. Temos que aproveitar esta ocasião agora da revisão aqui do Regulamento do Parque Industrial no sentido de procedermos tão rapidamente quanto possível e tão correctamente quanto possível à sua divulgação - o senhor já o disse - mas depois também à sua, à sua venda, à sua venda, entre aspas. À sua venda ou doação, se for caso disso. Temos que ter agora aqui a perspectiva clara que o que é decisivo para o nosso concelho não é fazer dinheiro com aqueles terrenos agora. É preciso é que aqueles terrenos sejam até, se for caso disso, oferecidos, mas que, com esse oferecimento - ou seja, com o que for - saia, ao mesmo tempo, uma responsabilização por quem o vá a apanhar. Temos a experiência da Cruz de Cristo, a ver se a gente não cai nunca mais numa experiência destas, a ver se a gente não faz barracões; senão andamos todos a trabalhar agora no sentido de fazer barracões e ficar aquilo tudo ali com mais ou menos especulação, mas

não pode ficar como barracões. É preciso agora que sejamos capazes de dar aquilo, se for caso disso, mas simultaneamente responsabilizar a entidade que o vai receber. De responsabilizar tão rapidamente, quanto possível, no tempo. Tem que ficar com um horizonte temporal bem definido e com as nossas exigências também bem definidas: se for criações de posto de emprego, é criações de posto de emprego; se for investimento, é investimento; temos de ser capazes de definir aqui um mecanismo que, tão rapidamente quanto possível, articule o preço, o valor daquilo que para o nosso concelho pode ser, pode ser simbólico, mas se for simbólico, tem que trazer, como correspondência, a urgência e a obrigatoriedade de, num prazo de anos que esteja ao nosso alcance, de todos, de se ver ou o número de empregos ou o valor de investimento, enfim, os critérios que nós sejamos capazes de definir. Isso, eu se calhar pedia até já a todos aqui, da Assembleia Municipal, que começemos a pensar nisto, no sentido de a gente ser capaz de viabilizar aquilo o melhor possível. Não podemos perder esta ocasião, não podemos pensar que aquilo agora é para vender. A Câmara não vai precisar daquele dinheiro; aliás, nem sei se o poderá, se poderá pensar nesses termos. O dinheiro que aqueles terrenos possam render é o menos importante. O mais importante agora é, de facto, as empresas que ali se instalem, a sua natureza e os postos de emprego que elas trouxerem irremediavelmente agarrados. Penso que, na próxima Assembleia Municipal, havemos já de ter esta discussão mais avançada. Que fique um aviso a todos para apresentarmos todos as nossas sugestões e as nossas propostas.

O Membro Luís Nascimento : Eu não podia estar mais de acordo com o Mário de Deus do que, do que aquilo que ele disse, como é evidente, não é? E por isso, também achar que é importante aquilo que o senhor Presidente diz que não é importante, que é o Plano de Financiamento, não é? Até porque a arquitecta Ana Isabel - que eu até conheço bem o trabalho dela, de facto, e é uma técnica que tem muito capacidade em resolver os problemas que lhe são colocados - de facto, defendeu aí assim o brio da casa, como é natural, não é? Dizendo que o Plano de Financiamento chegou hoje, mas acabou também por dizer que tem, tem valores,

O Presidente da Câmara Municipal : Peço, eu peço desculpa já agora, só um pequeno reparo. É que chegou hoje em forma de fax, a ser distribuído porque isso está feito; é só um pequeno reparo, não seja mal interpretado. Por acaso até discutimos isso na reunião de Câmara, portanto, veio imediatamente a seguir à reunião de Câmara.

O Membro Luís Nascimento : Continuando. Portanto, o Plano de Financiamento é, para mim, tanto mais importante, quanto se sabe agora que a ETAR, a estação de tratamento que vai servir o Plano de Pormenor vai ficar fora do Plano de Pormenor. O que quer dizer que não pode ser incluído naquele Plano de Financiamento, não é? Pronto, se pode, muito bem. Se pode, melhor. O que quer dizer que, então, o Plano de Financiamento que ali está - e a arquitecta Ana Isabel também o disse - é umas contas mais ou menos, é umas contas mais ou menos. e estamos, a Assembleia está aqui assim a procurar aprovar um documento que é fundamental, é extremamente importante para o desenvolvimento económico do concelho, mas que pode ter - e eu espero bem que não - pode ter pés de barro. Pés de barro, pelo facto de não ter uma avaliação económica ou dos gastos necessários, de facto, à infra-estruturação daquela área toda. E mais uma vez, portanto, lamento, de facto, ter vindo o Plano para aprovação da Assembleia Municipal, sem vir completo e, de facto, o Plano de Financiamento mesmo. É que nós assim, não temos ideia nenhuma de quanto aquilo possa vir a custar, mas a arquitecta já sabe e o Presidente também já sabe, não é? Pronto, mas se viermos a saber, sabemo-lo agora, pronto. E ficamos a saber mais ou menos quanto é que aquilo custa, não é? Portanto, é um documento que é importante na minha óptica. Não é na óptica do Presidente, lá saberá porquê. Depois, aquilo que a arquitecta disse, de facto, contraria aquilo que está no artigo vigésimo oitavo (art.º28.º) ou décimo oitavo (18.º) do Regulamento, que é - do vigésimo oitavo (28.º) - que é, o artigo diz que os terrenos são todos da posse do Município e a arquitecta diz que o Município é detentor da maioria dos terrenos. Portanto, há aqui duas coisas que, de facto, não batem certo - não é? - e que não se conjugam com aquilo que diz, não se conjugam com aquilo que diz a Lei que é; portanto, havendo terrenos que não são, que são particulares, de facto, tem que haver - para o interesse dos particulares - tem que ser aplicado o tal princípio da perequação.

O Membro António Anselmo : Em primeiro lugar, fico contente pelo que li, aliás, devo ser das poucas

peças que lê quase tudo, não é? É evidente que o problema do financiamento é muito importante. É muito mais importante do que todas as outras coisas. Tem que se ter dinheiro para fazer coisas. Agora, muito mais importante que o dinheiro do financiamento são os chamados preços políticos que permitirão ou não a implantação de indústrias no nosso concelho e quem conhecer bem o nosso concelho, quem não viver à conta do funcionalismo público, percebe perfeitamente que o nosso concelho, neste momento, tem uma crise muito grande. Não é o nosso concelho, é os concelhos na globalidade e mesmo que a situação económica evolua, cada vez é mais complicado. Ou seja, cada vez essas Câmaras, seja de Borba, de Vila Viçosa, de Estremoz ou do Alandroal, têm que ter a coragem de arranjar locais que permitam criação de trabalhos diferentes daqueles que estamos habituados. Isso é fundamental. Portanto, o chamado preço político de uma situação é um preço que nós todos pagamos como contribuinte. Independentemente de vir dinheiro da Comunidade Económica - ou lá como se chama isso, da Europa - é importante que se arranjem condições para se criarem empregos. É importante que se arranjem condições para puxar pessoas. É importante arranjar situações para as pessoas que vão ser desempregadas do sector dos mármoreiros que possam ter outro tipo de actividade económica e daí criarem riqueza e ganharem dinheiro e distribuam dinheiro. Agora, era importante também saber quanto é que poderá custar um lote. Se estamos a falar em quarenta e oito hectares (48ha), é uma coisa muito grande, não é? Mesmo que cada lote tenha um hectare (1ha), são, falamos em quarenta e oito (48) lotes de indústria ou de comércio, tudo separado. Agora, o importante da situação, muito mais importante do que haver dinheiro para se fazer, é fazer-se e tentar, através da Europa e de outros fundos comunitários, conseguir fazer-se; quanto mais depressa se fizer, melhor. Naturalmente que depois as situações das ETAR's e dos influentes, isso são coisas que se resolvem, tecnicamente se resolvem. E queria só perguntar ao senhor Presidente da Câmara se, neste momento, já que recebeu o dinheiro do financiamento, quanto é que poderá custar um lote médio para uma empresa que se queira aqui montar? E dizia ao senhor Presidente da Câmara Municipal de Borba que, faça o favor, monte-se num automóvel, vá para Lisboa, vá para Espanha, vá para o Norte, vá para Inglaterra e chame para aqui pessoas para criarem empresas que criem trabalho e que acima de tudo as responsabilize. Como o Mário dizia e bem, não é: "Está aqui um lote quase dado, está feito, receberam o dinheiro e no outro dia se vão embora". Não. Arranje maneira dos responsabilizar, arranje maneira de poder proporcionar às pessoas de Borba, principalmente aos mais novos e àqueles que lamentavelmente têm quarenta (40) anos ou quarenta e cinco (45) anos, que dentro de pouco tempo poderão estar desempregados das pedras, uma possibilidade de terem um posto de trabalho como deve ser e um posto de trabalho responsabilizado acima de tudo pela Câmara Municipal de Borba. O resto, em relação aos financiamentos, acredito que eles vêm. Tudo o resto são problemas técnicos e problemas de - Deus me perdoe - de chacha. Sabem porquê? Porque lá em cima onde eu estou há uma zona industrial que tem não sei quantos barracões e que lamentavelmente, dez (10) barracões é que têm pessoas a trabalhar. O resto são casões que servem para quê? Para garagem? Servem para quê? Para fazer festa? Vamos lá a ver, para o que é que servem? Vamos ter a coragem de avançar com a zona industrial do Alto dos Bacelos e que não se preocupem com problemas nem de influentes, nem de financiamentos. Arranjem condições para as pessoas poderem criar emprego e faça favor, senhor Presidente da Câmara Municipal de Borba, convide o Presidente da Câmara Municipal de Vila Viçosa, de Estremoz, do Alandroal e em vez de pensarmos egoisticamente em zonas industriais de cada concelho, pensarmos de uma forma um bocado maior em relação a esta zona que é tão bem localizada e que, lamentavelmente, qualquer dia não merece ser habitada. É só isso.

O Membro Jerónimo Cavaco : Boa noite a todos. Eu estou de acordo com aquilo que o senhor Presidente já referiu quando falámos da Carta Educativa, não me sinto minimamente preparado para verificar, a nível técnico, da viabilidade ou não daquilo que estamos aqui a discutir. Para isso está cá a técnica da Câmara que, com certeza, irá esclarecer os presentes sobre algumas dúvidas que têm suscitado ao longo deste processo. Agora, há aqui três ou quatro pontos que me parecem, no entanto, serem fundamentais, e perceber até que ponto a vontade das pessoas é num sentido ou noutro. É evidente que nada se faz, nem nada se consegue fazer se não houver uma estimativa de custos e não é mais do que isso que nós temos e, para partir para aquilo que seja, temos que ter uma estimativa de custos que não é mais do que um balizamento sobre aquilo que será o investimento inicial, que não necessariamente será o investimento final. Agora, não parece que seja de todo importante e não é isso que nós estamos aqui a discutir neste momento. O que é importante nós fazermos e verificar é até que ponto este instrumento que estamos aqui

a discutir hoje é importante e fundamental para o desenvolvimento do concelho a todos os níveis. Eu penso que já discutimos aqui hoje três ou quatro pontos que respondem a esta pergunta. O problema da evolução ou não da população em Borba, do decréscimo ou não da população em Borba. O problema ou não da necessidade de haver desenvolvimento económico para que, efectivamente, possa haver um crescimento populacional. O problema de atrair e de fixar jovens ao concelho. O problema de atrair empresas que, efectivamente, tragam mais, que tragam mais postos de trabalho e que possam, eventualmente, ajudar a todos estes problemas que já falámos. Isto sim, são problemas. Agora, discutir se temos ou não investimento ou se temos ou não um plano de custos; se, efectivamente, os terrenos são ou não da posse da Autarquia, até porque o senhor Presidente já referiu, tal como a técnica também já referiu, que a grande maioria dos terrenos são neste momento posse da Autarquia e sobre todos os outros há praticamente acordo dos particulares para que se possa, efectivamente, avançar. Eu penso que a questão morre pela raiz e, de facto, os pés de barro existem nesta questão e penso que a questão está completamente resolvida porque parte-se do princípio que estamos a trabalhar com pessoas que sabem aquilo que estão a fazer, estão mandatadas para o fazer, que é o mais importante, e estamos a trabalhar com os particulares a nível de boa fé. Ninguém está aqui para querer enganar absolutamente ninguém. Agora, se este instrumento não é importante ou se estamos aqui a querer criar dificuldades para que este instrumento - que me parece e que nem sequer merece ser discutida a sua importância ou não, pelo contrário, porque é efectivamente importante e necessário o desenvolvimento económico do concelho - se não é este o caminho, que sejam apresentadas as alternativas. Se não é este o caminho, se não é a construção desta zona industrial, desta única zona industrial que Borba vai ter - porque aquela que existe na zona de Cruz de Cristo é tudo menos uma zona industrial, no verdadeiro sentido do termo - se é isto que nós precisamos; agora, se não é isto que nós precisamos e se estamos aqui com questões que não levam a lado nenhum e que a única, e que o único objectivo é desviar o verdadeiro objectivo deste Plano que, no fundo, é criar maior e melhor desenvolvimento para o concelho, e que apresentemos alternativas. Se é a ETAR que, efectivamente, não pode estar dentro - como a senhora arquitecta já referiu - se é a questão do financiamento, mas que apresentemos alternativas. Que nos deixemos é de questões menores, quando se deve discutir aqui é a importância fundamental que esta zona industrial pode vir a ter para o futuro do concelho. Agora, se entendem que não é importante, que apresentem uma alternativa viável porque eu penso que é o mal, que tem sido o mal das governações e se calhar vamos extrapolar, não só a nível do concelho e olhemos para o país. O problema é criticar por criticar. As críticas devem ser entendidas sempre de um forma construtiva, mas ao mesmo tempo que criticamos e dizemos que não concordamos, devemos no mínimo ter a capacidade de apresentar alternativas. Este é o melhor que a Câmara de Borba conseguiu, é o Plano que temos, é efectivamente a zona industrial que existe, é a zona industrial que devemos ou que vamos ter e com a qual vamos trabalhar. Se não concordam que seja esta a zona industrial, se dificultam, se entendem que existem algumas dificuldades, que não temos um Plano de Investimentos, que os terrenos não estão na posse da Autarquia, que apresentem uma solução minimamente viável para que possa também ser discutida. É só isso que eu tenho a dizer, por enquanto.

O Membro Filipa Almeida : Até parece que nós estamos aqui pela primeira vez na vida a falar da zona industrial do Alto dos Baceiros. É que isto não nasceu agora, nem no mandato do Partido Socialista. Isto não foi inventado. Ainda bem que está aí o Plano, o que está em causa não é validade do Plano, nem a localização da zona industrial, nem a valência da zona industrial, mas eu confesso que já começo a ficar um bocado cansada de uma série de clichés e de palavras feitas e de frases feitas: chamadas de desenvolvimento, progresso, atracção de investimento, novas tecnologias e outras que tais porque parece-me que cada assunto que vem à Assembleia Municipal é um sacrifício. Porque é que não arranjam, porque é que alguns eleitos não arranjam maneira, uma maneira qualquer legal de evitar que determinados assuntos venham à Assembleia? Era muito mais simples. As coisas vêm aqui, mas não se podem criticar, não se pode fazer pergunta nenhuma, não se pode, não se pode questionar nada porque, quando se faz uma pergunta ou quando se faz uma crítica ou uma sugestão, está-se a pôr em causa o fundamental. Isto é um péssimo princípio democrático. Aliás, isto não tem nada de democrático. As maiorias têm todos os seus direitos e as minorias também têm direitos. O Partido Socialista estava em minoria e agora ganhou as eleições nacionais. É porque fez críticas e fez propostas. Aqui nesta Assembleia parece que isto é uma obrigação, que a Lei é uma chatice, mas tem que ser. Temos que aturar estes cinco (05) gajos que aqui vêm sempre. Desculpem lá o desabafo, mas francamente. É que isto começa a chatear. É que cada

pergunta que sai da Bancada da CDU é uma ofensa, é um atraso, é uma tentativa de boicotar. E somos nós que somos cassetes? É que as cassetes existem, mas, francamente, já não somos nós. As cassetes mudaram de lugar. E após o desabafo, eu queria fazer mais, de certeza mais uma barreira, com certeza, mais uma afronta ao Plano, mas o que eu queria fazer era algumas perguntas muito concretas. A primeira era que, ou o senhor Presidente ou quem entendesse, ou a técnica ou quem o senhor Presidente da Câmara entendesse, que tornasse claro o princípio da perequação. Já se falou várias vezes aqui de perequação, que ficasse clarificado para todos o que é isso da perequação. E as perguntas era se o senhor Presidente nos pode informar quantos são os proprietários que estão, enfim, directamente envolvidos neste Plano, portanto, que são donos de terrenos que não estão na posse da Câmara, de quantos proprietários se trata e qual é a área que está em causa relativamente aos, salvo erro, quarenta e oito hectares (48ha) do Plano. Portanto, qual é a área que não está na posse da Câmara, de quantos proprietários se trata e o que é a perequação, efectivamente.

O Membro Moura Lopes : Quando a CDU levanta aqui estas questões, embora possa para alguns parecer uma maçada, mas é com o objectivo das coisas não andarem para trás e andarem para a frente, porque estas questões que já foram aqui levantadas, a perequação, o Plano, o Plano Financeiro, a ETAR, isto são, digamos, se o projecto levar estas componentes todas, naturalmente que mais facilmente será aprovado, mais facilmente não haverá problemas. Se faltarem estas questões, se faltarem estas questões, os técnicos da Câmara vêem-se confrontados com o quê? Depois, de Évora: "Olha, falta isto. Olha, falta aquilo" e as coisas não andam. Portanto, esta, digamos, esta é a resposta ao Jerónimo, que ele diz que nós apresentamos alternativas, nós estamos a apresentar, não estamos a apresentar alternativas; estamos a apresentar complementos. Queremos que o processo siga como deve de ser e não, e não coxo. Pronto, e não ia falar mais sobre isso; já se adiantou aí algumas coisas. Fazia só mais duas, três perguntas. Três perguntas. Propriedade horizontal, senhor Presidente, quais as vantagens e desvantagens que vê para a propriedade horizontal na zona industrial? Outra pergunta: há um índice de construção diferente se a construção for modelar ou não? Gostava também que nos dissesse qualquer coisa sobre isto. E, já agora, é um assunto que interessa a todos, creio eu, não é? Se está previsto também, está na cabeça do senhor Presidente e de toda a vereação negociar com os industriais dos mármore da zona de Cruz de Cristo para terem, enfim, terem algumas vantagens na sua transferência lá para cima para o Alto dos Baceiros? Disse.

O Presidente da Assembleia Municipal : Era só para esclarecer aqui um ponto. O processo, tecnicamente está aprovado. Estamos numa fase em que o processo, diz a Lei, vai à Assembleia Municipal para dizer se aprova ou não e a seguir vai para o Governo para promulgação no Diário da República. Portanto, o processo está todo formalizado. Quando vem à Assembleia Municipal, a Assembleia Municipal tem o poder de não aprovar. Também tem que justificar a sua não concordância, pois que o processo já está todo arrumado administrativamente e tecnicamente completo. A Assembleia Municipal é a última entidade a pronunciar-se, cá estamos nós a pronunciar-nos sobre isso. Podemos, de facto, não aprovar. E se não aprovarmos, temos que dizer porquê. E depois o processo vai-se reiniciar. Já não se reinicia no princípio, mas reinicia-se algures a meio do procedimento. Portanto, é preciso que fique bem claro que quando este processo vem à Assembleia, e possivelmente no futuro virão mais, a Assembleia já está no fim do procedimento técnico e administrativo, não é? Era só isso. Agora, como foram colocadas várias questões, vamos recomeçar.

O Membro Mário de Deus : Não querendo interromper a sua linha de raciocínio e isso clarifica definitivamente a questão do estudo económico? O estudo económico apenas tem a ver com as relações entre a Câmara e a entidade financiadora que há-de ser a AIZM?. Portanto, não vai interferir na venda dos lotes ao público? Se eu estou a pensar bem. É uma pergunta?

O Presidente da Câmara Municipal: Nós, é óbvio que não queremos que interfira e mais, e haverá todo o esforço; é nossa intenção também, além da candidatura à AIZM, procurarmos que haja algum outro apoio, considerando que este Parque Industrial é um Parque Industrial que vai estar numa zona privilegiada e junto de uma área de deposição comum tentaremos, eventualmente, negociar um contrato de programa para negociar os tais mais vinte por cento (20%) além dos setenta (70) que são feitos através da AIZM. Portanto, é nossa intenção, não quer dizer que seja dado mas complementar, portanto, os setenta por cento

(70%) da AIZM, mais vinte por cento (20%) de contrato de programa. Essa é a nossa intenção. Eu depois respondo. Relativamente à questão, é óbvio que nós queremos rentabilizar isso. Aliás, e já agora, o deputado Mário fez, também uma observação relativamente à questão dos caminhos rurais. Só dizer que os caminhos rurais, de facto, têm estado a ser rentabilizados. Quem fizer um passeio por esses caminhos todos que nós recuperámos, vê imediatamente a grande dinâmica que se estabeleceu ao nível da recuperação dos olivais que já não tinham acesso absolutamente nenhum e até, inclusivamente, no valor comercial que eles passaram a ter. Mas, portanto, voltando à conversa da zona industrial e passando depois para a questão que levantou o deputado Luís Nascimento - ETAR fora do Plano e grandes preocupações. Eu já disse aqui várias vezes que não gosto de falar do passado, mas, quando me provocam, eu tenho que falar. Como é que pessoas que permitiram que se tenham instalado indústrias naquela zona que estão neste momento sem água, sem esgotos e com electricidade, nalguns casos, meio precária, como é que ainda têm a coragem de vir falar numa coisa destas? Eh por favor, vamos lá com calma e vamos lá tentar resolver a situação, mas não, não, não; como é que se vem falar numa ETAR que está neste momento negociada - negociada quer dizer que foi, que foi acordado com os técnicos da CCDR a sua localização - que está, que está prevista a sua construção, que está a ser feito, há-de ser feito o estudo naturalmente com as águas do Centro Alentejo, que é a entidade que depois vai tratar do assunto. Como é que se vem falar em questões de ETAR's, quando, no fundo, estão lá hoje empresas a escoar para fossas, sem água, sem esgotos? Relativamente à questão que o senhor Presidente da Junta de São Bartolomeu levantou, a questão do lote, do preço do lote médio, do preço médio do lote, é óbvio que nós ainda nem sequer pensámos nisso, mas - como disse - penso que isso já foi respondido há bocado, o preço será o mínimo. E depois, em relação ao desabafo da senhora deputada Filipa, é óbvio que nós nos entendemos sempre. É sempre com muito prazer que eu ouço as críticas, sobretudo vindas da CDU. Sempre assim foi. É com muito prazer e penso que é importante que elas venham e ajudam, de facto, às vezes até a mudar de posição. Para mim pessoalmente - não sei se para outros - mas para mim, pessoalmente, são sempre bem vindas e não é chatice nenhuma, é com muito gosto que as ouço. A questão da perequação, penso que isso já foi falado há bocado pela senhora arquitecta. A questão dos proprietários, a questão dos proprietários, salvo erro, serão cinco (05), em termos de números de hectares, não faço a mínima ideia. Serão dados que depois poderei fornecer. Quanto ao deputado Moura Lopes, questão da propriedade horizontal, vantagens e desvantagens, isso deixava para a arquitecta. Não faço ideia o que é isso. Não, não sei responder sequer. Isso será um assunto técnico, não é? O índice de construção modelar ou não, também deixava para a, para a senhora arquitecta. Negociar com os industriais de mármore da zona industrial de Cruz de Cristo, é nossa intenção, é nossa intenção fazer contactos. Penso é que foi uma situação um bocado problemática, o facto de se ter permitido que algumas delas tenham feito grandes investimentos naquela zona. Há pelo menos duas (02) que fizeram grandes investimentos e que, se calhar, tornar-se-á mais difícil, mas se, da parte da AIZM ainda houver hipótese de haver, ao nível de apoio a esses empresários no sentido da mudança, nós vamos tentar que isso se possa fazer. Aliás, acho que era importante tentar retirar aquelas indústrias dali. E, para já, disse. Arquitecta, se faz favor, a questão da perequação.

A Arquitecta Ana Isabel : A melhor forma de lhe dizer o que é a perequação é ler aquilo que está, realmente, na Lei. Se me permitisse que eu lesse na própria legislação dos instrumentos de planeamento, é a maneira mais fácil porque a experiência da perequação ainda é muito escassa, aqui e em todo o país. Ninguém sabe muito bem como é que irá funcionar e por isso, e neste caso concreto, porque era relativamente fácil executar o Plano e chegar a um acordo com os proprietários - porque também são poucos e estão de acordo com o instrumento de planeamento - optou-se por um sistema muito mais simples. Não valia a pena optar pelo sistema da perequação. É o sistema da cooperação. Agora, eu queria ainda esclarecer o seguinte: relativamente ao Plano de Financiamento, eu ainda queria dizer o seguinte. De acordo com a legislação, não era um elemento fundamental do Plano; é um elemento que acompanha o Plano e daí que não tivesse sido logo entregue, embora já existisse. Mas achámos que seria pertinente trazê-lo ainda hoje para conhecimento. A estimativa orçamental é, de facto, uma estimativa porque das infra-estruturas, ainda não estão feitos os projectos. Portanto, é apenas uma estimativa orçamental para os trabalhos todos que se irão depois executar. Depois, relativamente à pergunta que tinha feito, portanto, o senhor Moura Lopes, da propriedade horizontal, há possibilidade de criação de fracções imobiliárias e que naturalmente terão de ser divididas em propriedade horizontal, portanto, vários proprietários, para os lotes

de espaço de comércio e serviços - são só para esses lotes. Se não me engano, são só para esses lotes. Sim. São três lotes que estão previstos aqui na planta de implantação. As áreas, a área de construção, a área de implantação está tudo, está tudo; as áreas máximas constam todas do quadro anexo da planta de implantação. Portanto, já estão todas definidas. E penso que este Plano, apesar de ser um Plano muito flexível, o que vai permitir instalar um variadíssimo número de indústrias e comércio e serviços e equipamentos - também tem área de equipamentos - tem vantagens, tem vantagens porque é fácil de implementar e é fácil de executar. Não sei se respondi à sua pergunta?

O Membro Luís Nascimento : Bom, contrariamente a algumas opiniões que já se ouviram aqui nesta sala, a minha intervenção inicial sobre esta matéria não teve nada a ver com o procurar criar dificuldades ao desenvolvimento deste Plano. Até pelo contrário. E fiz, fiz claramente logo no início a indicação de que queria fazer, iria fazer uma análise técnica, mas também política e a política, a política ainda não foi respondida que é, nomeadamente, em relação, em relação à criação de fracções imobiliárias que foram novamente aqui questionadas pelo Moura Lopes e nomeadamente, em relação à propriedade horizontal porque isto é uma opção política e não é técnica, neste caso, não é? E quando o faz tecnicamente é por defeito de formação. Olhando, de facto, para a Lei e procurando enquadrar este Plano na Lei, vejo que há peças que não se encaixam, não é? Nomeadamente a questão do financiamento. O Plano de Financiamento, acho que está ultrapassadíssimíssimo, no meu ponto de vista, só que está tardiamente. Devia ter vindo ao mesmo tempo que veio a proposta do regulamento para nossa análise, não é? Aliás, e é tão importante que até o senhor Presidente ainda há bocado, na última intervenção disse - e isto *ipsis verbis* - "Temos que fazer as nossas contas". Isto "Temos que fazer as nossas contas" só, de facto, só com um Plano de Financiamento, saber quanto é que custa e sabendo quanto é que o município está disponível para suportar neste investimento que é importante para o concelho, não é? Depois, penso que não, não nos devemos, de facto, desculpar com erros do passado. Não nos devemos desculpar com erros do passado, como é evidente, no meu ponto de vista, não é? Até porque, até porque afinal a ETAR não estava não está desenhada no Plano, mas está prevista e já estava prevista. Só que foi uma informação que não veio à Assembleia e por esse facto é que eu questione; tendo em consideração a dimensão, a área de ocupação e o tipo de empresas que estão instaladas, tive a preocupação de perguntar, de facto, como é que ia ser o tratamento final dos influentes industriais desta área. À resposta, vai ser incluído no Plano de Financiamento, segundo o senhor Presidente estava a dizer que sim, que ia ser incluído no Plano de Financiamento e espero bem que sim porque uma infra-estrutura, uma infra-estrutura deste nível não é uma infra-estrutura barata para tratar influentes industriais de uma área tão grande como é esta - não é? - e com a particularidade que estes influentes, certamente, vão, vão apresentar. Sobre a intervenção do senhor Presidente da Assembleia Municipal, de facto, desgostou-me porque fiquei com a ideia de que este Plano à semelhança da Carta Educativa, este Plano veio à Assembleia Municipal, mas é como se não tivesse que vir. Já está aprovado por toda a gente, porque é que vai agora a Assembleia Municipal aprovar isto? Não é? E, de facto, falta-me também esse conhecimento que é os pareceres das entidades que analisaram este documento. Não é? Acho que a Assembleia Municipal tem o seu papel bem definido em termos da Lei e é por isso é que estes Planos vêm à Assembleia Municipal e como tal, devem discuti-lo, mas discuti-lo com os elementos todos em cima da mesa, que é aquilo que não veio hoje, mais uma vez, à semelhança de outros casos anteriores. Disse.

O Membro Filipa Almeida : Eu, quando fiz as perguntas, pensava que esta questão estava bem preparada, que a Câmara trazia este assunto bem preparado e não traz e é com tristeza que verifico também que não há respostas claras para perguntas muito claras. Ninguém respondeu a uma questão que não é técnica. A questão da perequação não é técnica e também deixe-me dizer que não há assim tão poucas experiências de perequação porque agora é obrigatório, agora é obrigatório num Plano de Pormenor, mas já houve tempos em que não era obrigatório e havia municípios que já a aplicavam. E, portanto, isso não é uma questão técnica. O senhor Presidente responde-me que são - salvo erro, se eu ouvi bem - são cinco (05) proprietários de terrenos nesta área do Plano, mas não sabe, não faz ideia de quantos hectares são. Eu acho que isso são questões fundamentais para um Plano que - como disse o senhor Presidente da Assembleia Municipal e que também me deixa preocupada - já está tudo aprovado, já está tudo feito. Nós podemos rejeitar ou aprovar, mas isto está tudo feito e tinha que voltar para trás, se não fosse aprovado. Isto tem que ser discutido e votado pela Assembleia Municipal e tem que ser discutido. Como não obtive

respostas a estas questões e tenho aqui uma minuta da acta da Câmara que diz que os vereadores da CDU votaram contra e apresentaram declaração de voto que fica exarado em acta e como não tenho, não tive acesso, não vem junto a declaração de voto dos vereadores da CDU, eu peço ao vereador Joaquim Serra que explique porque é que os vereadores da CDU ou porque é que ele votou contra.

O Presidente da Assembleia Municipal: Pronto. Eu agora vou fazer aqui uma intervenção em defesa da honra. Vamos lá ver, o que eu disse aqui - volto a repetir - é que nós estamos, neste momento, com um documento que, segundo a legislação, prevê a vinda à Assembleia Municipal. Vamos lá ver se nós nos entendemos. A vinda à Assembleia Municipal é para ser ou não aprovado. Portanto, para ser aprovado ou reprovado, tem que ser discutido. Portanto, nós estamos aqui para discutir o Plano. Estamos aqui para analisar o Plano e para votar o Plano. Agora, isto é o que diz a Lei, não sou eu. Isto está escrito na Lei. Quer dizer, a gente tem que se preparar no mínimo para vir para aqui. Como me pareceu, a mim, que havia dúvidas em relação à situação em que nós nos encontrávamos aqui a discutir, eu chamei a atenção para isso. Portanto, eu não estou aqui a dizer que não se deve discutir o Plano; eu não estou a dizer aqui que se deve aprovar o Plano, nem que se deve reprová-lo. O que eu disse é como é, o que a Lei diz. Nós estamos na fase em que o Plano vem à Assembleia Municipal, tem todas as aprovações anteriores feitas por todos os técnicos, por todos os organismos, por todos os órgãos de gestão. Agora, vem à Assembleia Municipal para ser discutido, aprovado ou reprovado. Mas a Assembleia Municipal tem de dizer o porquê das reprovações, para depois o Plano voltar para trás para ir outra vez para os técnicos da Comissão de Coordenação Regional, para as Direcções Regionais, para as Comissões de Acompanhamento, etc., para eles reverem as posições que tomaram. Depois vai para discussão pública novamente - porque já estive em discussão pública - Portanto, todo o processo é reiniciado. Portanto, e eu não disse aqui - torno a repetir - não disse aqui que o Plano é para aprovar, nem que o Plano não pode ser discutido. A segunda coisa que eu disse, em relação à perequação é que é fastidioso ir ler um Decreto-lei onde isso está tudo escrito. Referiu-se o Decreto-lei, referiu-se o número e o artigo do Decreto-lei. Agora as pessoas vão e lêem, a não ser que o Plenário entenda que se deve ler o Decreto-lei. Eu cá não me importo que se leia o Decreto-lei. Se entenderem, passamos à leitura do Decreto-lei; se entenderem que podem ler posteriormente passamos à frente. Por outro lado, não é obrigatória a perequação; pode ser usada a cooperação. A perequação verdadeiramente aplicada se calhar foi naquele Plano de Pormenor das Antas. Já ouviram falar, lá do Estádio das Antas, aí é que ela foi aplicada. Vejam lá o resultado que ela deu. Agora, gostava era que me dessem outros exemplos onde ela foi aplicada bem. Portanto, isto é um sistema muito melindroso e que os técnicos, os técnicos entenderam que a perequação, neste caso aqui, não deve ser aplicada. Dado que Câmara tem grande parte dos terrenos, o que deve ser aplicado é a cooperação. O que é a cooperação? Vamos fazer com os donos dos restantes terrenos a execução total do Plano. Porque o Plano pode ir para a frente. Se os detentores dos terrenos não quiserem urbanizar, urbanizam posteriormente. Não é assim? Urbanizam posteriormente. Agora, o Plano avança. Eles urbanizam mais tarde e pagam as taxas correspondentes. Sobre a estimativa de custos, ainda queria dizer o seguinte: A estimativa de custo ou o orçamento que está feito, está feito na base dos estudos disponíveis, que é a única possível neste momento, mas a base de estimativa é científica, não é? não se lança para ali um número qualquer. O que tem são umas bases de cálculo que são bases ainda frágeis. Porquê? Porque não existe um projecto. As estimativas inicialmente são feitas quando se inicia um estudo, posteriormente quando se executam os anteprojectos e, finalmente, quando se executa o projecto. Quando se executa o projecto é a estimativa C, estimativa final, que é a estimativa que normalmente é o preço-base de execução das obras que vem no processo de concurso, quando as obras são públicas. Portanto, isto não são números atirados para o ar. Agora, se lerem os números - eu não queria avançar por este campo, mas já agora - se lerem os números, se virem os metros quadrados que existem nos lotes, ficam a saber imediatamente qual é o valor estimado para cada metro quadrado do terreno. É só fazer uma conta de dividir. Pronto, efectivamente, eu acho que isto, é que já é entrar numa questão mais profunda que se calhar não tem interesse. Sobre as bases de aprovação ou reprovação, eu não encontrei nenhuma legislação que diga o que é que a Assembleia Municipal, aprova quais são as bases da Assembleia Municipal para aprovar ou reprová-lo. Eu entendo que é mais uma discussão política. Faz ou não faz. Porque, se está bem feito ou se está mal feito, isso já os técnicos viram. Agora, a Assembleia pode é dizer assim: "Não quero isto. Pronto, não queremos este Plano, não nos satisfaz, não era isto que a gente estava a idealizar. O que a gente queria era uma outra coisa, era desta e daquela forma. Os esclarecimentos, eu

acho que devem ser todos dados pelos técnicos que aqui estão e pelo Presidente da Câmara. Devem dar os esclarecimentos todos que puderem para conduzir ao esclarecimento total do Plenário.. E era isto. Mais alguém se quer inscrever sobre este assunto?

O Membro Mário de Deus : Eu, eu gostei da forma calma e ponderada como o senhor Presidente da Assembleia repôs agora aqui as questões. Queria sublinhar, e é mesmo só sublinhar, que a intenção da Câmara não pode ser má. Cá está a arquitecta, a técnica para responder a todas as questões que eventualmente venham a aparecer e tem o feito. Portanto, a Assembleia tem garantidas todas as suas fontes de informação para poder aqui votar. As forças da Oposição têm o vereador na Câmara que, naturalmente, foi acompanhando na Câmara a discussão deste processo, já o votou e comunicou aos seus companheiros de partido o que achava do negócio. Agora, eu não posso é deixar de dizer, e isso tenho que dizer, que a questão é política, é fundamentalmente política e já sublinhei que a parte técnica também está - aliás, na sequência daquilo que o senhor Presidente da Assembleia fez - já sublinhei que a parte técnica também está garantida, mas fundamentalmente é política e, como tal, não podemos também nós, a maioria da Câmara, permitir que politicamente as coisas não avancem por pseudo-entraves técnicos. Penso que até nem fazia muito sentido para a nossa, para a nossa integridade intelectual, permitir agora que fiquemos aqui a engonhar, a engonhar, a engonhar até ao fim da noite, não é? Percebe-se que as questões que estão a ser levantadas são fundamentalmente técnicas, percebe-se que já tiveram a resposta, as respostas possíveis técnicas. Naturalmente que o Presidente da Câmara não pode dizer agora quem são os proprietários que têm terrenos lá no meio; não tem ali o arquivo, precisa de ir consultar. Se calhar já o disse ao vereador, se o vereador lho perguntou, mas se lho queriam, se lho queriam ter perguntado, perguntavam-lho na Câmara. Se lho perguntaram, já lho disse com certeza, vai-lho dizer. Agora, nós também, enquanto maioria, não podemos, não podemos permitir que nos comam as papas na cabeça, não podemos ficar aqui a engonhar a noite inteira e a vereadora já manifestou, começou por manifestar o seu enfado pela forma como nós reagimos; ela, e estava mesmo enfadada, via-se até pelo tom de voz - a vereadora, desculpem - a deputada, a ex-Vereadora, a deputada Filipa manifestou há bocado os enfados e parecia mesmo que estava enfadada, mas ela é que está a enfadar a gente. Aquele enfado é para enfadar a gente. Burros somos nós se vamos atrás daquele enfado. Portanto, eu pedia ao senhor Presidente da Assembleia que controlasse o tempo disto e que, o mais depressa possível, se passasse à votação.

O Vereador Serra Silva : Portanto, antes de mais, muito boa noite a todos os membros da Assembleia, à distinta Mesa, colegas da Câmara, à técnica da Câmara e ao pessoal auxiliar. Ora, eu gostaria de dizer três ou quatro coisas. Primeira, sobre uma dúvida que o senhor Presidente da Assembleia ali levantou - não sei se é dúvida - sobre o papel da Assembleia Municipal na questão do Plano de Pormenor. É muito simples: o poder legislativo no município é da Assembleia Municipal; o regulamento do Plano de Pormenor da zona industrial faz Lei no município; como tal, é essa a competência da Assembleia Municipal, é aprovar o regulamento, pronto. Essa é a competência da Assembleia Municipal e é por isso que aqui está e por isso lhe pode introduzir alterações se não concordar com aquilo que está, pode-lhe introduzir alterações. Depois, três questões: o regulamento não é só um documento técnico. O regulamento tem uma matriz política por trás dele e é essa matriz política que leva ao desenvolvimento do regulamento e, para mim, há aqui três questões ou quatro, quatro que deviam ser bem analisadas por esta Assembleia. Uma prende-se com perequação e eu vou dizer rapidamente porque é que se prende com perequação, porque a não posse da Câmara de todos os terrenos e a não criação de um mecanismo de perequação vai colocar uma coisa que é assim - e isto, a perequação diz-se o que é em três (03) palavras - é a justa repartição de benefícios e encargos entre os diferentes proprietários. Ou seja, quem tiver lá terrenos tem que pagar, tem que contribuir para as infra-estruturas e tem também os benefícios de ver os seus lotes urbanizados. Agora, não havendo este mecanismo de perequação, o que é que acontece? Se um particular quiser promover uma operação de loteamento, terá que pagar à Câmara apenas aquilo que a tabela de taxas disser sobre taxas de urbanização e pode acontecer, que no terreno dele, só venham a ser constituídos lotes. Ou seja, ele tem um terreno que fica ao lado de uma estrada e nesse terreno só caem lotes, então ele vai lotear o terreno dele tendo uma capacidade construtiva muito superior à capacidade média construtiva dos outros proprietários. O que se pretende com a perequação é que a capacidade construtiva de uma unidade de execução como o Plano de Pormenor, seja distribuída em percentagem em relação ao terreno que cada um tem. Isto permitia o quê? Que fosse a Câmara a decidir da capacidade construtiva de cada proprietário em

função das áreas que tem. Isto levava a que contribuíssem também para os arruamentos, para os espaços verdes, para os espaços de equipamentos, para todas as outras áreas. E não podiam, como vai acontecer de certeza, olhando para aquele Plano e vendo ali um proprietário logo ali bem localizado em que lhe caíram lá três lotes, esse loteamento de iniciativa particular vai avançar certamente, pagando única e exclusivamente, taxas de urbanização e dando depois para a Câmara aquilo que a Portaria mil e quarenta e dois (1.042) diz relativamente ao estacionamento e tal, e não é mais nada que isso porque a Câmara, depois, não pode fazer mais nada que isso. Tendo o mecanismo de perequação, pode efectivamente, através da confrontação do direito real da área construtiva com o direito abstracto, saber qual era a área que ele podia construir e qual era a área que teria que ceder à Câmara para os tais negócios imobiliários com os outros particulares. E por isso, isto não é uma questão de menos, de menor importância, é uma opção política. Não haver perequação é uma opção política e assumam-se que é uma opção política. A questão da propriedade horizontal é outra opção política porque, tanto pode haver propriedade horizontal, como não podia haver nada. Obriga a que um pavilhão possa ser dividido em propriedade horizontal. O que se pretende e que está neste regulamento é que se possam construir pavilhões e depois dividam-se em três (03) ou quatro (04) ou cinco (05) ou seis (06) e se vendam essas fracções a outros interessados. Parece-me que isto também contraria um pouco aquela questão que dizia de encontrar as empresas certas para as instalar porque isto parece-me, a mim, que está mais virado para uma empresa construtora, que constrói o pavilhão e depois vende cinco ou seis fracções. Pronto, é uma possibilidade. Se o regulamento de venda depois não acautelar, vai acontecer e não é só para os comércio e serviços. É para comércio e serviços, nos termos do exposto no artigo dez (art.º10), e nos lotes que vierem a acolher pavilhões modelares. Todos os que vierem a acolher pavilhões modelares, podem efectivamente serem divididos em propriedade horizontal, desde que a área mínima corresponda a duzentos e cinquenta metros quadrados (250m²). Depois, a política da associação de lotes também é uma opção política porque há casos em que a obrigatoriedade de associar lotes é de quatro (04) lotes. Não é associar um (01) com outro, não; é associar quatro e podia não ser. Depois, a opção, esta não, não consigo perceber porque é que os pavilhões, se forem modulares, permite-se uma área de sessenta por cento (60%) de ocupação de solo e, se não forem modulares, se for da construção tradicional, só podem ocupar cinquenta (50). Eu percebo que deve, deve ter a ver com a área dos módulos, mas assim, o regulamento podia ter tratado todos por igual, dava os sessenta (60) a todos. Porque é que uns não-de ser discriminados relativamente aos outros? Também não me parece que, que seja por aí. Relativamente à importância do Plano, todos achamos que é importante para o município, que deve avançar o mais rapidamente possível e agora não me parece que nada daquilo que foi dito e que eu disse agora e que os outros meus camaradas disseram, disseram aqui, fosse para entrar o Plano. Foi antes para ajudar a clarificar algumas coisas que estão neste regulamento e que, efectivamente, precisavam de ser clarificadas. Sobre os erros do passado, senhor Presidente, se não tivessem sido cometidos aqueles erros, eram menos três (03) ou quatro (04) indústrias que cá estavam. Pronto. É, é isso, eram menos aquelas três ou quatro. Não. Não são quatro problemas. Não são quatro problemas, não. Não tem ali problemas nenhuns. Estão abrangidos pelo Plano de Pormenor, não estão é tratados, em termos de perequação como deviam estar.

O Presidente da Assembleia Municipal : Senhor Vereador Serra, eu sei perfeitamente que este é o órgão deliberativo do município. Sei. Sei que aqui se deve discutir política - o Mário está sempre a dizer isso - mas o que eu não sei é que tipo de discussão é que a legislação pretende, quando diz simplesmente isto: "A Assembleia Municipal aprova ou não, o Plano". Este e os outros Planos. O PDM e os outros todos por aí fora. Ninguém escreve uma linha - pelo menos, que eu conheça - a dizer que tipo de discussão é que fazem para chegar à aprovação. É ir dizer que os técnicos que vêm mal? Que estão feitos? Que estão não sei quantos? Bom, a segunda coisa - segundo eu sei - porque isto não é só do Plano de Borba, é de vários: o problema modular. O problema modular surge porque estes projectos prevêm uma área mínima de lote e quando se pretende um dia instalar umas pequenas oficinas de apoio àquelas grandes indústrias que se vão montar, o lote é exageradamente grande e, então, é necessário que a Câmara vá prever um espaço ou uns lotes para que depois se façam ali as pequenas oficinas. Agora, isso não é para construtores civis. Ouvimos aqui o Presidente da Câmara dizer que isto é para regulamentar. Que esse regulamento vem a seguir a esta Assembleia e que vai a Câmara dizer como é que isso se faz. Sobre a aglomeração de lotes. Porque é que há aglomeração de lotes? Porque pode chegar aqui uma empresa que diz assim: Eu instalava-me até arranjo aí vinte (20) postos de trabalho, trinta (30) postos de trabalho, mas o que eu

preciso não são cinco mil metros (5.000m). Eu preciso de dez mil metros (10.000m)" Portanto, o regulamento tem que prever que se possam anexar lotes uns aos outros. Isto é a flexibilidade que os técnicos admitiram. Agora ainda lhe queria dizer mais uma coisa. Essa tal história que você contou do indivíduo que vai urbanizar numa rua que já está feita. Eu sei que você lê as coisas e que estuda as coisas, mas agora passou-lhe o tal regulamento que nós aprovámos aqui há tempos que é o Regulamento Municipal das Edificações e Urbanizações. É que são definidas as infra-estruturas principais, as secundárias e as terciárias e ele só beneficia naquelas infra-estruturas que são as terciárias, feitas dentro do seu próprio loteamento, e aí ele tem que as fazer. As outras ele paga-as. Não paga só as taxas, paga o custo dessas infra-estruturas, a parte que lhe compete dessas infra-estruturas. Está no regulamento que fizemos. Está a ver? Portanto, o loteador não vai lá beneficiar da ruazinha feita. Não vai nada. Eu estou-lhe a dizer, estou-lhe a dizer que isso foi até acautelado e bem acautelado pelas técnicas aqui da Câmara de Borba. Foram elas até que acautelaram a criação destes três (03) tipos de infra-estruturas. Esta divisão das infra-estruturas gerais do município em três tipos: as infra-estruturas principais, as secundárias e as terciárias. E, portanto, ele não vai beneficiar nada.

O Vereador Serra Silva: Ele vai pagá-las.

O Presidente da Assembleia Municipal: Vai pagá-las.

O Vereador Serra Silva: Exactamente.

O Presidente da Assembleia Municipal: Ele só beneficia porque não faz ele, mas paga o preço do custo. Não beneficia nada. Para além disso, se só tiver lotes, paga as contrapartidas de Portaria. Como não há mais inscritos, passávamos à votação. Quem vota a favor da aprovação do Plano, faz favor de levantar o braço. Faz favor de baixar. Quem vota contra, faz favor de levantar o braço. Faz favor de baixar. Quem se abstém, faz favor de levantar o braço. Portanto, o Plano está aprovado por maioria com treze (13) votos a favor e cinco (5) contra.

O Membro Luís Nascimento : Declaração de voto: "Os abaixo-assinados votam contra a proposta de revisão do Plano de Pormenor da zona industrial do Alto dos Babelos por não se apresentar atempadamente a que desse possibilidade à discussão, um Plano de Financiamento de acordo com o previsto da alínea c), do número dois (n.º2) do artigo noventa e dois (art.º92) do Decreto-lei trezentos e dez (D-L310) de dois mil e três (2003), de dez de Dezembro (10/DEZ). Dois - contrariar o disposto no artigo cento e trinta e cinco (art.º135) a cento e trinta e seis (136) do mesmo Decreto-lei, ao referir no artigo vigésimo oitavo (art.º28.º) do regulamento que não se aplica a área de intervenção do Plano de Pormenor qualquer forma perequativa por incidir sobre terrenos afectos à posse do município, facto que não corresponde à verdade". É só isto. (anexo 6)

O Presidente da Assembleia Municipal: declaração de voto (anexo 7) que é a seguinte: "O abaixo-assinado votou a favor do Plano no referente ao Plano de Financiamento, porque este foi apresentado antes da discussão na Assembleia Municipal".

PONTO TRÊS PONTO CINCO: 1ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos.

O Presidente da Assembleia Municipal: Portanto, vamos passar ao ponto três, cinco (3.5) da Ordem de Trabalhos - "Primeira Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos". Passava a palavra ao senhor Presidente da Câmara.

O Presidente da Câmara Municipal: Bom, relativamente a esta primeira revisão, é pura e simplesmente uma revisão que tem que ver com uma estratégia da Autarquia relativamente a hipóteses de subsídio para remodelação do Palacete dos Melos e para a recuperação da Pedreira que está junto à Estrada Nacional quatro (EN4). Ou seja, no PPI constava "Palacete dos Melos - restauro e adaptação a biblioteca" e, portanto, se constar a palavra biblioteca, quem apoiou a primeira fase não pode apoiar a segunda. Então, substitui-se por "Palacete dos Melos - restauro e remodelação". Relativamente à Pedreira que estava como Parque Botânico, vai passar a chamar-se "Recuperação Ambiental de Pedreira Abandonada" - entre

parêntesis - "Parque Botânico". Portanto, é apenas e só isto que aqui está.

O Presidente da Assembleia Municipal: Portanto, alguém se quer pronunciar sobre este assunto? Faz favor. Ninguém se quer pronunciar? Portanto, vamos passar à votação. Quem vota a favor da proposta apresentada pela Câmara, faz favor de levantar o braço. Faz favor de baixar. Quem vota contra? Quem se abstém? Portanto, está aprovado por maioria, com 12 votos a favor e cinco (05) abstenções. Vamos passar ao ponto três, seis (3.6) - "Apreciação sobre as Actividades da Câmara e da sua Situação Financeira".

PONTO TRÊS PONTO SEIS: Apreciação sobre as actividades da Câmara Municipal e da sua situação financeira.

O Presidente da Assembleia Municipal : Passava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

O Presidente da Câmara Municipal: Bom, relativamente à situação financeira, ela está ilustrada aí no quadro que vos foi distribuído. Portanto, em relação ao limite de endividamento a Autarquia dispõe de uma capacidade de endividamento da ordem dos sessenta e nove mil euros (€69.000) que resulta do limite menor, portanto, o valor da amortização e juros que estão aí previstos nesse quadro. Quanto à situação financeira, portanto, temos aí os encargos processados e não pagos, os empréstimos a longo e médio prazo, empréstimo a curto prazo, leasings e aquele acordo de cedência, portanto, de acordo com aquilo que tinham, que tinham pedido. Depois, em relação à execução de Janeiro com execução orçamental, portanto, é relativamente às receitas, verifica-se uma taxa de execução de quatro ponto setenta e dois (4.72). Em relação à despesa, de quatro ponto trinta e nove (4.39). E relativamente à execução de Janeiro de dois mil e cinco (JAN/2005), com o orçamento até Janeiro de dois mil e cinco, dá, relativamente à receita, uma taxa de execução de cinquenta e seis, sessenta e cinco (56,65) e uma taxa de despesa de cinquenta e dois, setenta e quatro (52,74). Claro que dizer ainda que aqui, em relação a este assunto, há toda uma série agora de actividades e, aliás, alguns projectos que não têm estado a receber os fluxos normais de dinheiro, aliás tivemos dificuldades na parte final do ano, mas que agora já se estão a recompor e que estamos à espera que venha mais dinheiro agora por estes dias, portanto, que poderá baixar. Só que neste momento, portanto, isso refere-se a Janeiro, salvo erro, exactamente. Quanto às actividades do município, além da gestão normal, queria ressaltar-vos apenas alguns, sobretudo essas três (03) ou quatro (04) mais importantes que parecem, que decorreram durante este período entre a última Assembleia e esta. Relativamente à questão da ADC3, que já aqui tinha sido referida, portanto, que foi apresentada uma proposta de layout e até, inclusivamente, de candidatura à CCRA para se avançar com a ADC3 de Borba. Tem sido, nestes últimos tempos, temos tido aqui muito trabalho porque esta ADC3 vai localizar-se numa área onde a divisão de propriedade é muito grande. Temos tido aqui um número de reuniões quase infindável com os proprietários e com alguns deles, enfim, algumas situações não muito agradáveis porque existem pessoas que têm ali, enfim, algumas actividades com alguma importância para a sua vida. Mandámos fazer a avaliação dos terrenos e, portanto, uma tem que ver com uma suinicultura que lá está instalada; outra com uma exploração de criação de gado e outra com os fornos, uns fornos de carvão. As situações estão a ser negociadas, essas são as situações mais desagradáveis. Há outras que têm que ver com o preço, mas, de acordo com o perito avaliador, portanto, as coisas estão a ser encaminhadas e a ser feitas propostas às pessoas e talvez metade está praticamente já negociada; a outra metade, a outra metade espera-se que se venha a negociar. Depois, também se realizou, na CCDRA, uma reunião sobre o Plano de Pormenor da zona de intervenção Norte da vila que está em fase avançada. São questões mais ou menos de terminologia que se espera vir resolver rapidamente. Depois também a negociação relativamente àquela situação do avanço da ecopista, houve reuniões já com as Câmaras vizinhas, no sentido de se avançar. Aliás, quer Estremoz, quer Vila Viçosa já aprovaram também, os protocolos quer com a REFER, quer com a Escola Prática de Engenharia, no sentido de colocar, portanto, os militares a fazer este tipo de equipamento e seu aproveitamento para fins turísticos. A REFER está interessada em parceria e levar também à exploração das próprias infra-estruturas e também o aproveitamento dos tais caminhos que foram recuperados que pode vir a permitir a realização de circuitos turísticos pedestres. Também um aspecto relacionado com a introdução de pessoas com deficiência na Câmara, um projecto que se designa por Enclave. É o próprio IFP que faz essa selecção e que depois nos propõe a integração no quadro da Autarquia. Também um aspecto importante e que depois se quiserem fazer circular por aí,

podem circular, está neste momento definido o traçado do TGV. Já houve uma reunião com a RAV aqui nesta casa e com a empresa que está a fazer o estudo de impacto ambiental que é a mesma empresa que está a fazer o estudo do PDM. Portanto, é a FBO a empresa que está a fazer esse estudo de impacto ambiental e está definido o traçado e esse traçado, portanto, está assente, vão avançar e neste momento, a reunião teve como objectivo a instalação, portanto, tentar identificar potenciais investimentos que estivessem previstos para esta zona. Nomeadamente, a questão da rede eléctrica nacional, portanto, com aquela central de entrega que já foi falada aqui; com o parque logística que tem sido reivindicado pelas Câmaras de Borba e de Estremoz. Neste corredor, está prevista também a circulação da tal linha de mercadorias que tem sido reivindicada pelo Alentejo. Portanto, o que vem, de certa forma, contribuir para que, provavelmente, aquela nossa - aliás, estamos a pensar marcar mesmo uma reunião com a REFER - que aquela nossa reivindicação relativamente ao parque de logística possa, cada vez mais, ter possibilidades de se vir a desenvolver. Portanto, penso que são alguns dos aspectos com maior relevância e dizer-vos também que, apesar de não estar aí - queria-vos dizer que, em relação ao PDM, portanto, as coisas também estão estado bastante avançado e que neste momento só falta o parecer da REN porque são questões que realmente não fazem qualquer sentido porque parece que ainda não há presidente da comissão da REN ou já há e não está em funções - ainda não cheguei a perceber muito bem. Portanto, neste momento, podemos inclusivamente fazer os pedidos de pagamento de todos os estudos, porque todos os atrasos que se venham a verificar vão ser imputados à comissão de REN porque realmente ainda não fez essa reunião; aliás, já fizemos também uma carta endereçada ao senhor Ministro do Ambiente. Ex-ministro? Está bem, mas, portanto, foi enviado para o Ministério, no sentido de também pressionar, tal como a CCDR o fez. Portanto, estamos em condições de ultimar também esse Plano que é, de facto, uma grande aspiração que nós sempre tivemos de o pôr em prática. E para já, era só. Passava a palavra aos senhores vereadores.

O Vereador Artur Pombeiro: Boa noite à Mesa, boa noite senhores deputados, estimável público já quase em vias de extinção a esta hora da noite, mas que ainda têm a paciência, de facto, de nos estar aqui a aturar. Pronto, eu queria, de facto, referir que aí vêm no quadro que está em vosso poder todas as actividades da Câmara, principalmente, principalmente as mais relevantes, mas queria efectivamente dar-lhe conta de algumas situações. Nomeadamente, no Cine-Teatro, é uma obra que não tem dado nas vistas e que poucas pessoas se têm apercebido que, efectivamente, a obra está a andar. Está numa fase de demolições e temos alguma dificuldade em retirar dali os entulhos devido às acessibilidades. Portanto, em relação ao Palacete dos Melos, está prestes a concluir-se a primeira fase, com a cobertura provisória que foi montada há cerca de (04) anos e que agora está a ser desmontada para que seja colocado já o novo telhado. Dizem por aí já também as más-línguas que vieram os técnicos desmontarem, de facto, a cobertura metálica que ali se encontrava há quatro (04) anos porque a Câmara não paga o aluguer. Devo aqui esclarecer que a cobertura, a cobertura não é alugada. Esteve muito tempo alugada e a Câmara conseguiu negociar o perdão, de facto, dessa dívida dessa cobertura E negociámos a cobertura e a cobertura é da Câmara. Esperamos que apesar das grandes dificuldades e dos embaraços que esta Câmara teve com o Palacete dos Melos, que me parece que foi grande desde a questão com a REBEL em relação à cobertura provisória; com a EDICON, ter que fazer novo concurso e essas situações todas, portanto, o Palacete do Melos certamente na próxima semana terá a cobertura. Uma outra situação que está concluída, que certamente já se aperceberam, é, de facto, a reinstalação da Fonte das Freiras que já está no sítio, não têm ainda as torneiras porque vieram trocadas e está concluída a reinstalação da Fonte das Freiras. A estrada do Barro Branco - Nora que é, de facto, uma obra que ninguém esperava e que muitos diziam que não se ia iniciar, que não se acreditavam, não acreditavam, que já ouviam falar nisso há bastante anos e que isso não, não iria ser possível, posso-vos dizer que a estrada já arrancou. A estrada já arrancou, as máquinas já estão no terreno e a conduta das águas certamente irá que ser, ser substituída porque vai dentro da estrada. Em questão às obras municipais, em relação ao loteamento do Forno, vão-se iniciar muito brevemente os calcetamentos e podemos dizer - segundo informação técnica - que está a cerca de sessenta por cento (60%). Em relação ao loteamento da Senhora da Vitória, está praticamente concluído, faltando alguma arborização e portanto, em termos de candidatura, está concluído faltando a questão agora do polidesportivo que, brevemente, se irá iniciar. Também já está naquele local a ser remodelado a questão do Centro de Dia da Terceira Idade, portanto, a ampliação. No loteamento da Nave, os calcetamentos estão feitos, praticamente todo o loteamento está concluído e inclusivamente faltam

alguns pormenores só na calçada, coisas poucas, e a arborização e a rega também está. Portanto, os espaços verdes estarão praticamente concluídos ou concluídos dentro da semana que vem. Na remodelação das águas da Nora, como sabem, uma obra de grande envergadura para ser feita por pessoal da Câmara e por administração directa. A verdade é que essa obra que maçou muita gente com o pó porque não houve lama porque, felizmente ou infelizmente, não tivemos aqui chuva, não houve lama, mas a verdade é que a obra da Nora está a cerca de oitenta e cinco por cento (85%). Portanto, estamos na zona das Buscanhas já tudo concluído e tapado, falta-nos agora concluir parte da Ribeira e Monções. Portanto, esta é uma obra que, anteriormente e primitivamente, teria sido feita por administração directa e que aqueles que acompanharam a obra por empreitada e aqueles que têm acompanhado a obra que tem sido feita pelos trabalhadores da Câmara, de facto, vêem que ela tem sido feita de maneira diferente e que possamos efectivamente chegar a uma possível ruptura já que não acreditamos muito nas rupturas porque todo, todo o material tem sido colocado nas condutas enquanto ela era de sessenta e três (63), quatro quilos (4kg), é agora de noventa (90), dez quilos (10kg). Portanto, pensamos que é muito mais resistente e que neste momento as pessoas todas têm água e todas têm pressão. Portanto, estamos já em pavimentações, quase, estamos a fazer a cobertura dentro da aldeia, avançando depois para a zona das Buscanhas que é para depois passarmos, então, ao resto da Ribeira que nos falta e também aos Monções. O Jardim Público e as suas envolvências continuam em obra. A Rua de São Francisco, Rua da Cruz, Rua da Cruz, Largo da Cruz, a Avenida dos Bombeiros Voluntários, ou chamemos-lhe este pacote, este pacote de ruas, já com a iluminação e os arranjos paisagísticos, estão praticamente concluídos. Embora, eu sei do que é que o Jerónimo se está a rir. Se calhar o Jerónimo está-se a rir do abatimento da rua. São coisas que acontecem até nas auto-estradas, a verdade é que estas, estas obras tiveram alguns avanços e alguns recuos, mas eram também bastante difíceis de fazer porque todas as infra-estruturas que as ruas não tinham, estão hoje dotadas disso e, portanto, é uma mais-valia para Borba. Quer queiramos quer não, é e esperamos que não haverá já enchentes na Rua de São Francisco e tudo está a ficar concluído. Também o Largo da Ribeira que era já uma coisa bastante antiga e que até os próprios moradores já não acreditavam que aquilo fosse arranjado, também já está arranjado. E pronto, e fico-me por aqui porque pouco mais tenho a dizer, a Estrada da Orada - Penosinha, a Estrada da Orada - Penosinha que também é uma coisa muito importante, que já deveria há muitos anos estar arranjada, mas que nunca foi iniciada. Nós já iniciámos, estamos numa fase de breve conclusão. E disse.

O Vereador Humberto Ratado : Meus senhores, boa noite. Pronto, eu não vou ser tão extensivo. As minhas actividades estão aí, só ressalvo duas, dois (02) pontos. Neste momento, temos a instalação dos equipamentos informáticos em todas as salas da EB1 do concelho. Digamos que é mais uma aposta na Educação. Como já temos vindo a falar aqui, já têm conhecimento, neste momento já lá têm instalados. Esperamos, a todo o momento, que nos chegue o software educativo que deve estar para breve, é instalado, portanto, é mais uma aposta como disse e muito, e positiva e, como há pouco dizia o Rui Bacalhau, o choque, o choque tecnológico também está a chegar neste caso, está a chegar às escolas, o Primeiro Ciclo, não é? É mais uma, portanto, é mais uma mais-valia para os professores e uma mais-valia para os miúdos que é uma forma de aprendizagem diferente. Assim como também a colocação das placas de sinalização turística concelhia, como diz aí, parte meramente urbana - atenção - porque ainda há uma outra parte que não é urbana. Já foi feita na freguesia da Orada e na freguesia de Rio de Moinhos. Aguardamos também, a todo o momento, que nos chegue uma tela final da empresa que está encarregada de executar o trabalho, que é a VIAMARC para a questão de Borba. Já fizemos uma reunião no sentido em que demos todas as indicações das placas onde queríamos e como queríamos. Portanto, é só mesmo esperar, a todo o momento, e depois decidir. De qualquer das formas, já há colocação, a nível das freguesias rurais, desta informação turística que nos parece, pronto, tanto é para nós, mas é sem dúvida para quem nos visita, ter uma indicação amplamente e claramente, digamos, um acolhimento diferente no nosso município. E disse.

O Presidente da Câmara Municipal : Já agora, senhor Presidente, se me permite. Foi falado no período antes da ordem do dia, nos "Assuntos de Interesse para a Autarquia", a questão dos pesados. Talvez há duas (02) semanas, fui contactado por alguns camionistas sobre o parque de pesados e o sítio que eles mais - contrariamente àquilo que o Augusto dizia - o sítio que eles mais desejam, pelo menos, é aquele que eles se manifestaram mais é relativamente àquele Largo junto ao antigo Restaurante Mizangala. Foi

mandado comprar e suponho que neste momento já foi feito o orçamento e neste momento já deve estar em fase de compra, com certeza, uns holofotes que seriam instalados, porque foi a única situação que eles colocaram e que eles pediram foi que se iluminasse aquele espaço. Então, foi mandado o electricista tratar do assunto e colocar alguns focos de iluminação naquele espaço. Aliás, como têm visto, muitos dos camiões já lá estão a dormir. Agora, o que acontece é que algumas pessoas têm tido alguma teimosia no sentido de não colocar lá as viaturas e são, um ou dois. Portanto, as pessoas que estacionam junto ao Largo da Sovibor, é uma ou duas pessoas que eu nem sei quem são, mas que entendi que aqueles que tinham falado comigo seriam aqueles que, de certa forma, seriam os representantes dos camionistas. Foi como eu entendi, não é? E, portanto, eles acharam que aquele era o sítio ideal para eles. De qualquer forma, se calhar, isso passará por uma conversa com eles - espaço, felizmente, neste momento, é coisa que não nos falta, quer ali em baixo, quer no sítio onde realizámos a Festa da Vinha. De qualquer maneira, como o Largo do Restaurante Mizangala que nós pensamos avançar com aquela estrada de acesso à Cooperativa, melhorar aquela, acabar com aquela vereda que lá está, vai permitir com certeza que, realmente, depois os camiões tenham mais acesso ali àquele, àquele espaço e é onde está previsto, no Plano de Pormenor da zona Norte, o parque de camionagem. Portanto, é uma questão de se irem habituando já ao sítio. E disse.

O Presidente da Assembleia Municipal : Portanto, vamos votar em minuta, as principais deliberações tomadas durante esta sessão. Após a leitura e votação das minutas constantes, em anexo, foi dada por encerrada a sessão.

ANEXOS A ESTA ACTA:

Anexo 1 - Pedido de Substituição do membro Joaquim Manguinhas

Anexo 2 - Pedido de justificação do membro António Paixão

Anexo 3 - Correspondência expedida

Anexo 4 - Correspondência recebida

Anexo 5 - Moção apresentada pelos eleitos da CDU

Anexo 6 - Declaração de voto apresentada pelos eleitos da CDU